



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 239/2025-D

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 239/2025-D
DATA E HORA DO PREGÃO: 31/03/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: "Menor preço global"
MODO DE DISPUTA: ABERTO
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não
UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande – SP

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da **Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde Pública**, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **dia 31 de março de 2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº **986921**, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº [7929/2023](#), nº [7843/2023](#), nº [6238/2017](#), nº [6434/2018](#) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ATENÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ITEM 15.1., SOB PENA DE SOFRER A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONFORME PREVISTO NOS ITENS 15.2 A 15.15.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 32 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº.

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SESURB	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/25.752.5005.2342/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	FEDERAL (REPASSE OBRIGATÓRIO)



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
	15.02.00/25.752.5005.2342/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.39.00	FEDERAL (REPASSE OBRIGATÓRIO)
SEDUC	09.02.00/12.361.2006.2381/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
	09.02.00/12.361.2006.2381/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS
SESAP	10.07.00/10.12.1001.2377/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS
	10.07.00/10.12.1001.2377/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS

3.2. O valor estimado da contratação é o conforme o Termo de Referência (Anexo I).

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. A licitação não terá itens para a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

4.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do [art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



4.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

4.7.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.7.12. Sociedades Cooperativas.

4.8. O impedimento de que trata o item **4.7.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.7.2. e 4.7.3.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens **4.7.2. e 4.7.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.13. A vedação de que trata o item **4.7.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.14. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.



5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **9.1.1. e 9.10.1** deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;



5.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens **5.4** ou **5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. A licitante deverá apresentar Declaração de Inexistência de Parentesco e Vínculo Impeditivo, firmada por seu representante legal em papel timbrado, atestando, sob as penas da lei, que:

- a)** Não possui em seu quadro de proprietários, sócios ou empregados, servidores ou dirigentes do órgão ou entidade contratante, bem como responsáveis pela condução desta licitação;
- b)** Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (e até o segundo grau por afinidade), de ocupantes de cargos de direção ou de servidores do órgão ou entidade contratante que atuem na licitação ou na fiscalização do contrato.

5.10. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

5.11. Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

5.12. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5.13. Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

5.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.17.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.17.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.18.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.18.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.20. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.22. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

5.23. Os requisitos de habilitação e qualificação técnica se encontram no Anexo I – Termo de Referência.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

6.1.1. Valor unitário ou desconto;

6.2. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.14. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **7.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



7.22.2.2. Empresas brasileiras;

7.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos constantes no Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

7.23.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.7. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **4.7.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF
- b) [Tribunal de Contas do Estado de São Paulo](#);
- c) [Tribunal de Contas da União](#);



- d) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#), mantidos pela Controladoria-Geral da União ()

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.

8.5.1. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. Contiver vício insanável;

8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. Apresentar preços inexecutáveis, conforme § 4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável

8.6.6. Caso o Termo de Referência conste a obrigatoriedade de declarar marca, o licitante apenas o fizer no momento do envio da proposta.

8.6.6.1. Ao encaminhar a proposta com o valor negociado e aceito, não mantenha a mesma marca cadastrada inicialmente no sistema

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;



8.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.10.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4. Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9.4.1. No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **9.4.**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da Administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. Caso o Termo de Referência exija que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

9.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **9.10.1**.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico : sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

10.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

10.5. Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

10.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

10.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

10.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

10.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.11. As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. A atualização periódica dos preços registrados será através de índices oficiais.

11.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

11.9.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



12.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços

13 . DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

13.2. A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.2.1. referida Autorização está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5. Fraudar a licitação;

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

15.2. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.



15.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.3.1. Advertência;

15.3.2. Multa;

15.3.3. Impedimento de licitar e contratar; e

15.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.4.1. Na natureza e a gravidade da infração cometida.

15.4.2. As peculiaridades do caso concreto

15.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.5.1. Para as infrações previstas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.**, a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.

15.5.2. Para as infrações previstas nos itens **15.1.4., 15.1.5., 15.1.6., 15.1.7. e 15.1.8.**, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

15.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **15.1.4., 15.1.5., 15.1.6., 15.1.7. e 15.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

15.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

15.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.8. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

16.9. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



16.10. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

16.11. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.12. O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

16.15. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

16.16. A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irrevogável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

16.17. As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

16.18. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, [Portal de Compras do Governo Federal](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

16.19. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

16.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

16.21. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

16.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.23. O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, [Portal de Compras do Governo Federal](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

16.24. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

17. DOS ANEXOS

17.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.1.1. **ANEXO I** - Termo de Referência

17.1.1.1. **1º Apêndice do Anexo I** - Condições Gerais

17.1.1.2. **2º Apêndice do Anexo I** - Endereços

17.1.1.3. **3º Apêndice do Anexo I** - Estudo Técnico Preliminar

17.1.3. **ANEXO II** - Planilha Proposta

17.1.4. **ANEXO III** - Minuta de Ata de Registro de Preços

17.1.5. **ANEXO IV** - Cadastro Reserva

17.1.6. **ANEXO V** - Minuta de Termo de Contrato

Praia Grande, 3 de março de 2026.

SORAIA M. MILAN

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS

Secretária Municipal de Educação

JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA

Secretário Municipal de Saúde Pública



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1** Contratação de Serviço de Manutenção de Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), com Fornecimento de Materiais, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como nos termos da tabela inserida no **“Apêndice A – Tabela de Descritivo e Estimativa”**.
- 1.2** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.
- 1.3** Os itens a serem adquiridos e instalados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 6º, XIII, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.4** O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, de acordo com o art. 84, da Lei nº 14.433/2021.
 - 1.4.1** Decorrido o prazo de um ano da vigência da Ata de Registro de Preços e havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do IPCA-E ou por índice que venha a substituí-lo observada as diretrizes do art. 182 da Lei 14.333/2021.
 - 1.4.2** Na hipótese de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, a renovação do quantitativo originalmente registrado ficará a critério exclusivo da Administração Municipal, não constituindo obrigação automática de sua repetição.
- 1.5** O fornecimento e instalação do objeto é enquadrado como não continuado.
- 1.6** O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1** A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no ETP.
- 2.1.1** A contratação de serviços de manutenção dos Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), com fornecimento de materiais, é de fundamental importância para o Município da Estância Balneária de Praia Grande, uma vez que assegura a integridade estrutural e elétrica das edificações públicas e a segurança de servidores, alunos, pacientes e munícipes que utilizam diariamente esses espaços.
- 2.1.2** Os sistemas de SPDA têm como função principal proteger as edificações e seus ocupantes contra os efeitos das descargas atmosféricas, evitando incêndios, danos a equipamentos elétricos e eletrônicos, além de riscos de choques elétricos. Dessa forma, a manutenção preventiva e corretiva desses sistemas é essencial para garantir sua plena funcionalidade, conforme estabelecem as normas ABNT NBR 5419 e correlatas, que determinam inspeções periódicas, medições e adequações às condições de uso e ambientais.
- 2.1.3** Com o passar do tempo, os componentes do SPDA — como hastes, cabos de descida, conexões, captosres, condutores de equipotencialização e sistemas de aterramento — sofrem desgastes naturais, oxidação e deterioração, especialmente em municípios litorâneos como Praia Grande, onde a maresia acelera os processos de corrosão. Além disso, fatores externos como vandalismo, intempéries e obras de manutenção predial podem comprometer a continuidade elétrica do sistema, reduzindo sua eficiência e colocando em risco a segurança das instalações.
- 2.1.4** A execução dos serviços deve contemplar mão de obra técnica especializada e o fornecimento imediato dos materiais necessários, eliminando a necessidade de estoques por parte da Administração e garantindo agilidade, eficiência e conformidade técnica. Tal medida também permite que as intervenções sejam realizadas de forma planejada e padronizada, reduzindo custos futuros com reparos emergenciais e evitando interrupções nas atividades públicas.
- 2.1.5** A correta manutenção dos sistemas de SPDA contribui diretamente para a preservação do patrimônio público, a proteção de equipamentos sensíveis e a continuidade dos serviços essenciais prestados à população, como educação, saúde, assistência social e administração pública. Além de ser uma medida de segurança patrimonial, trata-se também de cumprimento legal e normativo, uma vez que a ausência de manutenção periódica pode configurar negligência administrativa e expor o município a riscos de acidentes e responsabilizações civis.



- 2.1.6** Portanto, a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), com fornecimento de materiais, mostra-se necessária e imprescindível para assegurar a segurança, a conformidade técnica e a continuidade operacional das edificações públicas municipais, promovendo a sustentabilidade, eficiência e proteção integral das instalações da Estância Balneária de Praia Grande.
- 2.2** O objeto da contratação está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, conforme detalhamento disponível no link: <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2026>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETIVO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1** A presente contratação tem como objetivo a execução de serviços de manutenção dos Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários, com a finalidade de atender às demandas de inspeção, adequação, correção e conservação dos sistemas instalados nos próprios municipais da Estância Balneária de Praia Grande.
- 3.2** A solução proposta contempla a realização de manutenções preventivas e corretivas, compreendendo inspeções visuais, medições de resistência de aterramento, testes de continuidade, substituição de componentes deteriorados, adequações conforme a NBR 5419 e demais normas técnicas vigentes, além do fornecimento dos materiais indispensáveis para garantir o pleno funcionamento dos SPDA instalados em unidades educacionais, unidades de saúde, prédios administrativos, bases operacionais e demais edificações públicas. A contratação deverá ser celebrada com empresa especializada, devidamente registrada e tecnicamente habilitada, assegurando conformidade com as normas de segurança, qualidade e desempenho exigidas pela Administração Pública.
- 3.3** A necessidade desta solução decorre tanto da média histórica de intervenções realizadas nos SPDA, quanto das condições ambientais características da região litorânea, que aceleram a corrosão de componentes metálicos e reduzem sua vida útil. Além disso, fatores como tempestades, ventos fortes, descargas atmosféricas frequentes, interferências de terceiros, vandalismo e danos acidentais tornam imprescindível a disponibilidade ágil de materiais e serviços especializados, possibilitando pronta resposta da Administração diante de situações emergenciais.



- 3.4** A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) permite que a Administração atenda às demandas de forma flexível, conforme a real necessidade de cada unidade, sem a obrigatoriedade de manter estoques permanentes, garantindo maior economicidade, eficiência e racionalização dos recursos públicos. O SRP também confere rapidez na contratação dos serviços e materiais essenciais, reduzindo o tempo de resposta frente a ocorrências que exigem intervenção imediata.
- 3.5** Dessa forma, a solução ora apresentada busca garantir a continuidade, integridade e confiabilidade dos Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas do município, contribuindo para a segurança de usuários e servidores, preservando o patrimônio público e reforçando o compromisso da Administração com a gestão responsável dos recursos e com a manutenção adequada da infraestrutura municipal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Sustentabilidade:** A empresa contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.
- 4.2 Indicação de marca ou modelo:** As especificações contidas no presente termo de referência abrangem uma ampla quantidade de marcas aptas para o fornecimento.
- 4.3 Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:** A administração não aceitará marcas/produtos que não atendam a todas as especificações exigidas em edital.
- 4.4 Amostras:** Não será exigida a apresentação de amostras.
- 4.5 Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.6 Garantia:** Não haverá exigência de garantia da contratação.
- 4.7 Da contratação**
- 4.7.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.
- 4.7.2** A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.
- 4.7.3** Constitui condição para a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços:



- 4.7.3.1** Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;
- 4.7.3.2** Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- 4.7.4** O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.
- 4.7.5** O Prazo para assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 4.7.6** No ato da assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.
- 4.7.7** A Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.
- 4.8 Da rescisão**
- 4.8.1** O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.8.2** O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



- 5.1** O prazo para a entrega dos produtos e/ou execução dos serviços será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento, pelo detentor da Ata, do pedido, requisição, ofício ou autorização de fornecimento da Unidade Requisitante. Facultativamente, desde que devidamente justificado e aceito pelo requisitante, o prazo de entrega poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.
- 5.2** Os endereços para entrega dos materiais e/ou execução dos serviços estão descritos no **“Apêndice B – Endereços”**.
- 5.3** O produto, objeto do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, será recebido pela Unidade Requisitante, sendo devidamente atestada.
- 5.4** Deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar do Recebimento da Autorização de Fornecimento, o Recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).
- 5.5** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo de 12 (doze) meses, contando a partir do primeiro dia útil à data do recebimento definitivo do objeto, com a responsabilidade do fornecedor de realizar a substituição ou reparo dos itens que apresentem falhas dentro desse prazo, sem custos adicionais para a prefeitura. Além disso, a garantia deverá incluir assistência técnica e suporte necessário, assegurando que todos os materiais estejam em conformidade com as normas técnicas e regulatórias pertinentes.
- 5.6** Caso o prazo de garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia ofertado pelo período restante.
- 5.7** Em caso de não cumprimento das condições de garantia, serão aplicadas penalidades conforme legislação vigente, garantindo assim a proteção dos interesses públicos envolvidos.
- 5.8** Considerando os itens de instalação os pedidos devem ser por instrumento contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1** O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



- 6.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5** Após a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6** A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art. 117 caput).
- 6.6.1** **Gestão da execução do contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;
- 6.6.2** **Fiscalização técnica:** é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;
- 6.6.3** **Fiscalização administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos dos contratos e inclusive daqueles com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.
- 6.7** O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres à execução do objeto Contratado.
- 6.8** **Sanções e infrações administrativas:**
- 6.8.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 6.8.1.1** Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;



- 6.8.1.2** Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 6.8.1.3** Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;
 - 6.8.1.4** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 6.8.1.5** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;
 - 6.8.1.6** Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;
 - 6.8.1.7** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 6.8.1.8** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 6.8.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 6.8.2.1 Advertência**, quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - 6.8.2.2 Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens "6.8.1.2 a 6.8.1.4.", sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - 6.8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "6.8.1.5 a 6.8.1.8. ", bem como nas alíneas "6.8.1.2. a 6.8.1.4.", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) ;
 - 6.8.2.4 Multa:**
 - 6.8.2.4.1** Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;
 - 6.8.2.4.1.1** O atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 6.8.2.4.1.2** Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



6.8.2.4.1.3 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

6.8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.8.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.8.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.8.4.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.8.5 Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.8.5.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.8.5.2 As peculiaridades do caso concreto;

6.8.5.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.8.5.4 Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

6.8.5.5 Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.8.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);



- 6.8.7** A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.8.8** O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.8.9** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1** A avaliação da execução do objeto utilizará o método de medição para aferição do serviço executado.
- 7.1.1** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1** Não produzir os resultados acordados,
 - 7.1.1.2** Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.1.1.3** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2 Do recebimento**
- 7.2.1** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I, "a" da Lei 14.133/21).
- 7.2.1.1** O prazo acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
 - 7.2.1.2** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto da ata de registro de preços mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.



- 7.2.1.3** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.2.2** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.2.2.1** O Contratado/Detentor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.2.2.2** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).
- 7.2.2.3** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.2.2.4** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.2.3** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.2.4** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.2.4.1** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.



- 7.2.4.2** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.2.4.3** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.2.4.4** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.2.4.5** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.2.5** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento
- 7.2.6** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela ata de registro de preços, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.2.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.
- 7.3 Prazo de pagamento**
- 7.3.1** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega total do material/serviço e apresentação da documentação fiscal, devidamente atestada.
- 7.3.2** Os pedidos de pagamento deverão ser devidamente instruídos com a documentação necessária, incluindo atestado de recebimento e aprovação do material pela Unidade Requisitante, juntamente com a Nota Fiscal do material/serviço entregue.
- 7.3.3** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à empresa, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA – IBGE, calculado *pro rata die*.
- 7.4 Forma de pagamento**
- 7.4.1** O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO



8.1 Execução

8.1.1 O regime de execução do objeto será por empreitada por preço unitário.

8.2 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.2.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.3 Exigências de habilitação

8.3.1 Para fins da habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1.1 Habilitação jurídica

8.3.1.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.1.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.1.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.3.1.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



8.3.1.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.1.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.1.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.1.2.5 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a ser declarada em campo próprio no sistema Compras.gov.

8.3.1.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital]] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.1.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda [Municipal/Distrital] e a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.1.2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Municipal/Distrital] e da Fazenda [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



8.3.1.2.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3.1.2.10 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.3.1.3 Qualificação econômico-financeira

8.3.1.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.3.1.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta.

8.3.1.3.2.1 Empresas que tenham sido constituídas há menos de 2 (dois) anos na data do certame licitatório, limitar-se-ão a apresentar balanço patrimonial e as demonstrações contábeis referente apenas ao último exercício.

8.3.1.3.2.2 Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício social, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balanço de abertura, conforme o disposto no artigo 65, § 1º, da Lei nº 14.133 de 2.020.

8.3.1.3.2.3 O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis devem ser extraídos do Livro Diário e conter os registros no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

8.3.1.3.2.4 Caso a proponente seja Sociedade Anônima, as demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das S.A.).

8.3.1.3.2.5 No caso de empresas que efetuaram a Escrituração Contábil pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED-ECD) deverá apresentar os seguintes documentos: Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício extraídos do Livro Diário Eletrônico, com o respectivo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital nos termos do artigo 39 da Lei nº. 8.934/94.



8.3.1.3.2.6 Caso o capital social constante no Balanço Patrimonial seja diverso do constante do Contrato Social Consolidado, deverá ser apresentado Alteração do Contrato Social que comprove que o capital social constante no Balanço Patrimonial está correto.

8.3.1.3.3 Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (LC), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(LC) = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

8.3.1.3.4 Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Geral (LG), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(LG) = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

8.3.1.3.5 Apresentação do Índice de Solvência Geral (SG), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(SG) = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

8.3.1.3.6 As empresas deverão comprovar patrimônio líquido ou capital social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado a ser contratado, quando os índices dos itens anteriores forem inferiores a 1 (um), devendo a comprovação ser feita relativamente a data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.3.1.4 Qualificação Técnica

8.3.1.4.1 Certidão atualizada de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia – CREA:

8.3.1.4.2 Capacidade técnico-profissional, por meio de declaração subscrita por representante legal da licitante, em papel timbrado, indicando que possui ou possuirá profissional de nível superior (Engenheiro Eletricista), o qual será o responsável técnico pela execução dos serviços. Tal exigência visa garantir que a execução contratual esteja sob supervisão de profissional legalmente habilitado, de acordo com as normas do CREA e demais legislações técnicas, assegurando qualidade, segurança e conformidade regulatória à execução dos serviços.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.3.1.4.3 Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da empresa para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação. Esta exigência tem por finalidade demonstrar que a licitante já executou com êxito serviços similares, assegurando que possui experiência prévia e estrutura adequada para cumprir integralmente o objeto licitado.

8.3.1.4.3.1 13.600 (TREZE MIL E SEISCENTOS) METROS – INSTALAÇÃO DE BARRA CONDUTORA CHATA EM ALUMÍNIO.

8.3.1.4.3.2 9.250 (NOVE MIL DUZENTOS E CINQUENTA) METROS - INSTALAÇÃO DE CORDOALHA DE COBRE NU.

8.3.1.4.3.3 840 (OITOCENTOS E QUARENTA) UNIDADES - INSTALAÇÃO DE HASTE.

8.4 Não será admitida a participação de consórcios de empresas, dada a natureza o objeto, por não se tratar de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios tende a diminuir a competitividade, desse modo não será adotada no presente processo.

8.5 Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5 da Lei nº 12.690, de 2012.



- 8.6** A forma de adjudicação será global, justificando-se pela necessidade de garantir a compatibilidade técnica e a integridade funcional de todos os elementos que compõem os Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA. Essa modalidade assegura que as atividades de manutenção sejam executadas de forma integrada, contemplando inspeções, medições, ajustes, substituições de componentes, correções e demais intervenções necessárias ao perfeito funcionamento do sistema como um todo. Com a adjudicação global, todos os serviços e eventuais materiais envolvidos na manutenção do SPDA são de responsabilidade de um único contratante, o que elimina riscos decorrentes de incompatibilidades técnicas entre componentes, procedimentos inadequados ou divergências de critérios normativos. Essa centralização garante que os elementos do sistema, tais como captadores, condutores de descida, conexões, aterramentos e dispositivos de equipotencialização, sejam avaliados e mantidos de forma coerente e conforme as normas técnicas aplicáveis, especialmente a ABNT NBR 5419. Considerando que o objeto do presente Registro de Preços abrange a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de SPDA, incluindo o fornecimento de materiais eventualmente necessários para substituições ou adequações, a adjudicação global mostra-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico e econômico. A natureza interdependente entre os serviços de manutenção e os componentes do sistema exige atuação coordenada e responsabilidade técnica unificada, assegurando que todas as intervenções realizadas sejam compatíveis entre si e atendam plenamente às exigências normativas e de segurança. Essa forma de adjudicação reduz significativamente a possibilidade de falhas operacionais, inconsistências técnicas, retrabalho e riscos à segurança das edificações e das pessoas, promovendo maior eficiência na execução dos serviços e maior confiabilidade no desempenho do sistema de proteção contra descargas atmosféricas. Além disso, proporciona maior simplicidade administrativa e eficiência na gestão contratual, ao centralizar em um único fornecedor a responsabilidade pela execução, fiscalização, controle de qualidade e recebimento dos serviços.
- 8.7** O Critério de julgamento das propostas será MENOR PREÇO GLOBAL, devendo ser respeitados os preços unitários máximos conforme tabela inserida no “**Apêndice A – Tabela de Descritivo e Estimativa**”.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1** Em atendimento ao disposto no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece os critérios para a estimativa de preços na fase preparatória da licitação, realizou-se a pesquisa de preços com base em fontes reconhecidas e tecnicamente referenciadas.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

- 9.2** Foram adotadas como fontes oficiais de preços unitários as tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido pela Caixa Econômica Federal e IBGE; da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), por meio de suas planilhas referenciais públicas, utilizadas amplamente no estado de São Paulo e ajustadas à realidade local; e da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo (SIURB), cujas tabelas referenciais são empregadas em obras de infraestrutura urbana no município, reconhecidas por sua adequação à realidade regional e por serem atualizadas periodicamente.
- 9.3** A escolha destas tabelas se justifica pela representatividade técnica, abrangência regional, confiabilidade, bem como pela disponibilidade pública, o que assegura a transparência, a economicidade e a razoabilidade dos valores orçados, conforme princípios que regem a Administração Pública. Ressalta-se que a pesquisa de preços foi realizada com dados atualizados e devidamente ajustados à localidade da execução contratual, garantindo aderência ao mercado e viabilidade da contratação.
- 9.4** Adicionalmente, os preços adotados a partir das tabelas SINAPI, CDHU e SIURB são compatíveis com os valores praticados no mercado, uma vez que essas fontes são periodicamente atualizadas com base em pesquisas reais de custos de insumos e serviços, refletindo a realidade regional e setorial. Dessa forma, atendem ao disposto no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, ao proporcionarem uma estimativa fundamentada tecnicamente e representativa do valor de mercado. Sua utilização também está em conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 61/2021, que reconhece tais bases como fontes válidas para pesquisa de preços, desde que atualizadas, ajustadas à localidade da execução contratual e tecnicamente justificadas.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 13.013.689,58
--------------------------------------	--------------------------

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESPESA	FONTE	APLICAÇÃO
SEDUC	09.02.00 / 12.361.2006.2381 / 3.3.90.30.26	7005	01	220.0000
	09.02.00 / 12.361.2006.2381 / 3.3.90.39.16	5641	01	220.0000
SESAP	10.07.00 / 10.12.1001.2377 / 3.3.90.39.16	4974	01	310.00.00
	10.07.00 / 10.12.1001.2377 / 3.3.90.30.25	4971	01	310.00.00
SESURB	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.30.26	2592	1	1.100.000
	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.30.99			
	15.02.00 / 25.752.5005.2342 / 3.3.90.30.26	4206	1	1.000.025
	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.30.26	6376	5	1.000.288



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.30.99			
	15.02.00 / 25.752.5005.2342 / 3.3.90.39.43	2604	1	1.000.025
	15.02.00 / 25.752.5005.2342 / 3.3.90.39.99			
	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.39.43	2598	1	1.100.000
	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.39.99			
	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.39.43	7125	5	1.000.288
	15.02.00 / 15.452.5005.2086 / 3.3.90.39.99			

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

1º Apêndice do Anexo I - Condições Gerais

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	FONTE	CÓDIGO	VALORES EM REAIS		
						PREÇO SEM BDI	PREÇO COM BDI	TOTAL
1	ATERRO, INCLUSIVE COMPACTAÇÃO MANUAL	M3	2.560	SIURB	01-002-005	46,09	57,61	147.488,00
2	BARRA CONDUTORA CHATA EM ALUMÍNIO DE 7/8" X 1/8", INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	M	27.200	CDHU	42.05.440	37,03	46,29	1.259.020,00
3	CABO DE COBRE DE 25 MM², ISOLAMENTO 8,7/15 KV - ISOLAÇÃO EPR 90°C	M	3.105	CDHU	39.06.060	87,82	109,78	340.851,38
4	CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO TIPO EMBUTIR COM TAMPA E ALÇA	UN	950	SIURB	09-011-014	174,14	217,68	206.791,25
5	CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO TIPO SUSPensa EM PVC OU POLIPROPILENO	UN	2.250	SIURB	09-011-015	109,29	136,61	307.378,13
6	CARTUCHO PARA CONEXÃO EXOTERMICA CABO/ CABO	UN	2.070	SIURB	09-017-026	151,09	188,86	390.945,38
7	CARTUCHO PARA CONEXÃO EXOTERMICA CABO/ HASTE	UN	2.120	SIURB	09-017-027	162,96	203,70	431.844,00
8	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	1.150	SINAPI	97096	552,29	690,36	793.916,88
9	CONCRETO FCK=15,0MPA - VIRADO NA OBRA	M3	2.300	SIURB	02-005-005	629,80	787,25	1.810.675,00
10	CONDUTOR EM AÇO CA - 25 - 3/8" P/ PARA-RAIO	M	19.650	SIURB	09-011-041	16,57	20,71	407.000,63
11	CONECTOR EM LATÃO ESTANHADO PARA CABOS DE 16 A 50 MM² E VERGALHÕES ATÉ 3/8"	UN	710	CDHU	42.05.270	58,99	73,74	52.353,63
12	CONECTOR SPLIT-BOLT, PARA SPDA, PARA CABOS ATÉ 70 MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1.660	SINAPI	104754	37,19	46,49	77.169,25
13	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	5.400	SINAPI	96973	84,41	105,51	569.767,50
14	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	18.500	SINAPI	96977	62,14	77,68	1.436.987,50
15	CORTE DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM SERRA DE DISCO DIAMANTADO PARA PISOS	M	24.400	CDHU	11.20.050	11,92	14,90	363.560,00
16	DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO ARMADO	M3	1.050	SIURB	17-050-021	517,83	647,29	679.651,88
17	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL DE 1" - COM ACESSÓRIOS	M	3.370	CDHU	38.01.060	44,81	56,01	188.762,13
18	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA	M3	3.200	SINAPI	93358	123,22	154,03	492.880,00
19	HASTE "COPPERWELD"- 5/8"X3,00M	UN	1.680	SIURB	09-083-090	290,82	363,53	610.722,00
20	LUZ DE OBSTÁCULO DUPLA COM FOTOCELULA SOLAR	UN	555	SIURB	09-011-018	309,42	386,78	214.660,13
21	PARA-RAIO TIPO POLIMERICO CLASSE 15KV	UN	892	SIURB	9017018	303,13	378,91	337.989,95
22	PÁRA-RAIOS TIPO "FRANKLIN", EXCLUSIVE DESCIDA E ATERRAMENTO	UN	555	SIURB	09-011-005	802,81	1.003,51	556.949,44
23	RECOLOCAÇÃO DE CABO APARENTE - ACIMA DE 16MM2	M	7.200	SIURB	09-070-017	17,93	22,41	161.370,00
24	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS, PARA FECHAMENTO DE VALAS - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL.	M2	2.800	SINAPI	102988	77,48	96,85	271.180,00
25	REMOÇÃO DE BASE E HASTE DE PARA-RAIOS	UN	435	SIURB	09-053-020	59,76	74,70	32.494,50
26	REMOÇÃO DE CABO DE AÇO E ESTICADORES	M	3.600	SIURB	09-053-021	29,88	37,35	134.460,00

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	FONTE	CÓDIGO	VALORES EM REAIS		
						PREÇO SEM BDI	PREÇO COM BDI	TOTAL
27	REMOÇÃO DE CAPTOR DE PARA-RAIOS - TIPO FRANKLIN	UN	335	SIURB	09-053-010	29,88	37,35	12.512,25
28	REMOÇÃO DE SUPORTE-ISOLADOR TIPO ROLDANA	UN	1.050	SIURB	09-050-020	11,95	14,94	15.684,38
29	REMOÇÃO DE TUBO DE PROTEÇÃO PARA CORDOALHA, INCLUSIVE FIXAÇÕES	UN	1.700	SIURB	09-053-025	59,76	74,70	126.990,00
30	SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE CABO EM TELHA ONDULADA	UN	2.825	SIURB	09-083-058	74,19	92,74	261.983,44
31	SUPORTE SIMPLES COM ROLDANA, PARA DESCIDA DE PARA-RAIOS	UN	3.010	SIURB	09-083-082	66,08	82,60	248.626,00
32	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSÃO - PARA CABO 35MM2	UN	2.000	SIURB	09-080-022	28,41	35,51	71.025,00
CÓDIGO CATSER 13722						VALOR GLOBAL		R\$ 13.013.689,58

Obs.:	BDI - 25%
	Data Base: SINAPI - Janeiro/2026
	Data Base: CDHU - Novembro/2025
	Data Base: SIURB - Julho/2025 (Última versão disponível. Consultado em 13/02/2026)



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

2º Apêndice do Anexo I - Endereços

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
E.M. 19 DE JANEIRO	RUA FLAVIO MONTEIRO DE CASTRO, N.º 500	RIBEIRÓPOLIS
E.M. ALBERT EINSTEIN	AV. LASAR SEGALL, N.º 100	SAMAMBAIA
E.M. ANAHY NAVARRO TROVÃO	RUA LIMEIRA, N.º 69	BOQUEIRÃO
E.M. ANTÔNIO PERES FERREIRA	RUA JOÃO ROBERTO CORRÊA, N.º 1077	VILA SÔNIA
E.M. ANTÔNIO RUBENS COSTA DE LARA	AV. ANA PEREIRA DA FRANÇA, N.º 249	ESMERALDA
E.M. ARQ. OSCAR NIEMEYER	RUA ODAIR PENELLAS BAETA, N.º 231	PRINCESA
E.M. ARY CABRAL	RUA RUY MANOEL SAMPAIO SEABRA PEREIRA, N.º 546	QUIETUDE
E.M. CARLOS EDUARDO CONTE DE CASTRO	RUA ILDEFONSO GALEANO, N.º 126	TUPIRY
E.M. CARLOS ROBERTO DIAS	RUA DUQUE DE CAXIAS, N.º 999	BOQUEIRÃO
E.M. CIDADE DA CRIANÇA	RUA RUBI, N.º 600	CID. DA CRIANÇA
E.M. CIRCE SANCHEZ TOSCHI	RUA MEM DE SÁ, 01	AVIAÇÃO
E.M. DOMINGOS SOARES DE OLIVEIRA	A. DR. ESMERALDO S. TARQUÍNIO DE CAMPOS FILHO, N.º 501	RIBEIRÓPOLIS
E.M. DORIVALDO FRANCISCO LORIA	RUA MARIA LUIZA LAVALLE, N.º 150	SÍTIO DO CAMPO
E.M. DR. ROBERTO SHOJI	RUA ILDEFONSO GALEANO, N.º 100	TUPIRY
E.M. DR. WILSON GUEDES	RUA MANOEL RODRIGUES PROCÓPIO DO VALE, N.º 195	SAMAMBAIA
E.M. DRª ANA MARIA B. B. FERNANDES	AV. PRES. KENNEDY, N.º 17.100	REAL
E.M. EDUARDO GONSALVES DO BARREIRO	RUA MILENA PERUTICH, S/N.º	MELVI
E.M. ENG.º SÉRGIO DIAS DE FREITAS	RUA TURMALINA, N.º 25	CID. DA CRIANÇA
E.M. ESTADO DO AMAZONAS	AV. MARIA CAVALCANTI DA SILVA, N.º 431	SAMAMBAIA
E.M. ESTINA CAMPI BAPTISTA	RUA XIXOVÁ, N.º 1.100	CANTO DO FORTE
E.M. FAUSTO DOS SANTOS AMARAL	RUA MARCÍLIO DIAS, N.º 250	CANTO DO FORTE
E.M. FLORIVALDO BORGES DE QUEIROZ	RUA MONTEIRO LOBATO, N.º 721	OCIAN
E.M. GOVERNADOR FRANCO MONTORO	RUA PAULINO BORELI, N.º 1.000	MARACANÃ
E.M. GOVERNADOR MÁRIO COVAS	AV. JÚLIO PRESTES DE ALBUQUERQUE, N.º 1.000	NOVA MIRIM
E.M. GOVERNADOR ORESTES QUÉRCIA	RUA PRIMEIRO DE JANEIRO, N.º 1221	VILA MIRIM
E.M. GREGÓRIO FRANÇA DE SIQUEIRA	AV. VITOR MEIRELES, N.º 1950	PQ. DAS AMÉRICAS
E.M. HILDA DE CARVALHO GUEDES	RUA DAS ROSEDÁS, S/N.º	SAMAMBAIA
E.M. ÍCARO BATISTA CARDOSO	RUA PERNAMBUCO, N.º 865	BOQUEIRÃO
E.M. IDALINA DA CONCEIÇÃO PEREIRA	RUA JOÃO ROBERTO CORREIA, N.º 1171	VILA SÔNIA
E.M. IDÍLIO PERTICARATTI	RUA LUZIA BORBA RANCIARO, N.º 246	ANTÁRTICA
E.M. JOÃO BATISTA RESINE ALVES	RUA MENOTTI DEL PICCHIA, S/N.º	ESMERALDA
E.M. JOÃO GONÇALVES	RUA FREI HENRIQUE DE COIMBRA, N.º 02; ESQUINA COM A R. JOÃO PEREIRA INÁCIO	AVIAÇÃO

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
E.M. JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA MOURÃO	AV. BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, N.º 1000	MELVI
E.M. JOSÉ CREGO PAINCEIRA	AV. PRESIDENTE KENNEDY, N.º 13.499	CAIÇARA
E.M. JOSÉ JÚLIO MARTINS BAPTISTA	RUA COMENDADOR LUIZ CAIAFFA, N.º 98	SÍTIO DO CAMPO
E.M. JOSÉ PADIN MOUTA	RUA BORORÓS, N.º 150	TUPI
E.M. JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS CUNHA	AV. CELSO DE MARIA GLERAN, N.º 331; ESQUINA COM A R. JORGE TAVARES QUINTAS	GLÓRIA
E.M. JULIANA ARIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	RUA ILDEFONSO GALEANO, N.º 150	TUPIRY
E.M. LAYDE RODRIGUES REIS LORIA	RUA GASPAR LEMOS, N.º 100	AVIAÇÃO
E.M. LEOPOLDO ESTÁSIO VANDERLINDE	AV. JULIO PRESTES DE ALBUQUERQUE, N.º 887	NOVA MIRIM
E.M. LIONS CLUBE OCIAN	RUA TEOFILA VANDERLINDE, N.º 933	OCIAN
E.M. LUZIA BORBA RANCIARO	RUA ENGENHEIRO ANTONIO LOTUFFO, N.º 839	SÍTIO DO CAMPO
E.M. MAESTRO LUIZ ARRUDA PAES	RUA QUARTZO, N.º 921	NOVA MIRIM
E.M. MAHATMA GANDHI	AV. DR. ANTÔNIO SILVIO CUNHA BUENO, S/Nº	MELVI
E.M. MANOEL NASCIMENTO JUNIOR	RUA CORNÉLIO PROCÓPIO, Nº 191	BOQUEIRÃO
E.M. MARIA DOS REMÉDIOS CARMONA MILAN	RUA MANOEL GONZALES CORUJO, N.º 257; ESQUINA COM A AV. PROFª HELENY ROSA	MELVI
E.M. MÁRIO POSSANI	RUA DR. SAMUEL AUGUSTO LEÃO DE MOURA, N.º 451	CAIÇARA
E.M. NATALE DE LUCCA	RUA RUI MANOEL SAMPAIO SEABRA PEREIRA, N.º 476	QUIETUDE
E.M. NEWTON DE ALMEIDA CASTRO	RUA ANTÔNIO CÂNDIDO DA SILVA, N.º 450	VILA SÔNIA
E.M. NICOLAU PAAL	RUA ALFREDO DESCRAGNOLE TAUNAI, N.º 41	RIBEIRÓPOLIS
E.M. OPHÉLIA CACCETARI DOS REIS	RUA JOSEFA ALVES DE SIQUEIRA, N.º 552	ANHANGUERA
E.M. OSWALDO JUSTO	RUA 1º DE JANEIRO, N.º 987	MIRIM
E.M. PABLO TREVISAN PERUTICH	RUA ALFRED NIEDERBICHLER, N.º 243	ANHANGUERA
E.M. PAULO DE SOUZA SANDOVAL	RUA BRUNO SEABRA, N.º 91; ESQUINA COM A R. HUGO DE CARVALHO RAMOS	ESMERALDA
E.M. PAULO SHIGUEO YAMAUTI	RUA JOSÉ FLUMIGNAM, N.º 151	ANHANGUERA
E.M. PROF.ª ELZA OLIVEIRA DE CARVALHO	RUA REINALDO DOS SANTOS, N.º 1.039	GLÓRIA
E.M. PROF.ª ESMERALDA DOS SANTOS NOVAES	RUA SAVÉRIO FITTIPALDI, N.º 100	QUIETUDE
E.M. PROF.º FUED TEMER	RUA LEME, N.º 27	GUILHERMINA
E.M. PROF.ª ISABEL FIQUEROA BRÉFERE	RUA JOÃO RAMALHO, N.º 1.250	AVIAÇÃO
E.M. PROFª MARIA CLOTILDE LOPES C.RIGO	RUA BRUNO SEABRA, N.º 141	ESMERALDA
E.M. PROFª MARIA DE LOURDES SANTOS	RUA VITOR MEIRELES, N.º 1875	OCIAN
E.M. PROFª MARIA NILZA DA SILVA ROMÃO	RUA DO MAÇOM, N.º 1000	VILA SÔNIA
E.M. REPÚBLICA DE PORTUGAL	AV. FUMIO MYIAZI, N.º 599	GUILHERMINA
E.M. ROBERTO FRANCISCO DOS SANTOS	AV. OLIVEIRA LIMA, N.º 972	RIBEIRÓPOLIS
E.M. ROBERTO MÁRIO SANTINI	RUA QUITO, N.º 81	GUILHERMINA

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
E.M. RONALDO SÉRGIO A. LAMEIRA RAMOS	RUA MARIA LUIZA LAVALLE, S/N.º	SÍTIO DO CAMPO
E.M. RUTH VILAÇA CORREIA LEITE CARDOSO	RUA MARIA BORELLA CONTE, N.º 201; ESQUINA COM A AV. JOÃO ANDRÉ QUINTALE	MARACANÃ
E.M. SÃO FRANCISCO DE ASSIS	RUA CORNÉLIO PROCÓPIO, N.º 300	BOQUEIRÃO
E.M. SEBASTIÃO TAVARES DE OLIVEIRA	RUA SAVÉRIO FITTIPALDI, N.º 50	QUIETUDE
E.M. SÉRGIO VIEIRA DE MELLO	RUA PAULINO BORRELI, N.º 921	MARACANÃ
E.M. SÔNIA MARISE DOMINGUES	RUA JOSÉ DE OLIVEIRA, N.º 1051	VILA SÔNIA
E.M. THEREZA MAGRI	RUA LEONORA CEMBROLI MARTINS, N.º 280	ANTÁRTICA
E.M. VEREADOR FELIPE AVELINO MORAES	RUA DINO TOGNINI, N.º 886	VILA CAIÇARA
E.M. VEREADOR VALTER SALERNO	RUA DOM PEDRO II, S/N.º; ESQUINA COM A R. DARCY SARMANHO VARGAS	OCIAN
E.M. VEREADORA ISAUARA CAMPOS GARCIA	RUA TEODÓSIO DE AUGUSTINIS, S/N.º	SÍTIO DO CAMPO
E.M. VILA MIRIM	RUA 23 DE OUTUBRO, N.º 116	MIRIM
E.M. VILA TUPIRY	RUA ITAMACÁS, N.º 70	TUPI
E.M. VISCONDE DE MAUÁ	AV. OLIVEIRA LIMA, N.º 972	RIBEIRÓPOLIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEDUC	RUA JOSÉ BORGES NETO, N.º 50	VILA MIRIM
AUDITÓRIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO - SEDUC	RUA JOSÉ BORGES NETO, N.º 50	VILA MIRIM
GALPÃO GARAGEM - SEDUC	RUA FERNANDO DI ESTEFANO, N.º 160	JARDIM QUIETUDE
PORTO DO APRENDIZ BOQUEIRÃO	RUA JAU, 1.158	BOQUEIRÃO
PORTO DO SABER SAMAMBAIA	RUA DAS ROSEDÁS, S/N.º	SAMAMBAIA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	RUA PAULO SÉRGIO GARCIA, N.º 611	SÍTIO DO CAMPO
E.M. DE ENSINO INFANTIL REAL	RUA RAILTON BARBOSA DOS SANTOS	REAL
E.M. DE ENSINO INFANTIL MELVI	RUA BIJUBIRÁ / PARGO ROSA	MELVI
E.M. DE ENSINO FUNDAMENTAL ANTÁRTICA	RUA MARIA ROSA CORREIA	ANTÁRTICA
E.M. DE ENSINO FUNDAMENTAL MELVI	RUA GOETE / PARGO ROSA	MELVI

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA		
UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
CEMAS - CENTRO OFTALMOLÓGICO	RUA THOMÉ DE SOUZA, 1.313	AVIAÇÃO
CRATH	AV. PRESIDENTE KENNEDY, 16616	JD. REAL
CAPS II - BOQUEIRÃO SAE/CTAP	R. CIDADE DE SANTOS, 89	BOQUEIRÃO
CAPS II - MIRIM	R. GUILHERME PENTEADO DE CAMPO, 390	NOVA MIRIM
CAPS I	R. SÃO BERNARDO, 401	BOQUEIRÃO
CAPS AD	R. SÃO CAETANO, 400	BOQUEIRÃO
CER	AV. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 8899	VILA MIRIM
CEO	RUA OSMAR ANTONIOLLI, 1289	—
CEAS MULHER	R. SÃO JOSÉ, 700	CAIÇARA
UPA QUIETUDE	AV. MINISTRO MARCOS FREIRE, 6730	JD. QUIETUDE
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA	RUA COPACABANA, 743	GUILHERMINA
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	AV. PRESIDENTE KENNEDY, 8850	VILA MIRIM

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA		
UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
USAFÁ AVIAÇÃO	AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 2929	AVIAÇÃO
USAFÁ BOQUEIRÃO	AV. PRESIDENTE KENNEDY, 918	BOQUEIRÃO
USAFÁ MIRIM I	AV. DOS SINDICATOS, 635	MIRIM
USAFÁ TUPI	R. MEINACÓS, 95	TUPI
USAFÁ ALOHA	R. ZENJI SASAKI, 269	NOVA MIRIM
USAFÁ ANHANGUERA	R. JOSEFA ALVES DE SIQUEIRA, 649	ANHANGUERA
USAFÁ ANTÁRTICA	AV. DOS TRABALHADORES, 3801	ANTÁRTICA III GLEBA
USAFÁ CAIÇARA	R. MATHILDE DE AZEVEDO SETUBAL, 630	CAIÇARA
USAFÁ ESMERALDA I	R. RAQUEL DE QUEIROZ, 330	JD. ESMERALDA
USAFÁ RIO BRANCO	AV. HUGO DE CARVALHO RAMOS, 1501	JD. ESMERALDA
USAFÁ FORTE	AV. RIO BRANCO, 562	FORTE
USAFÁ GUARAMAR	AV. DOS TRABALHADORES, 1717	GLÓRIA
USAFÁ MARACANÃ	R. CEZAR RODRIGUES REIS, 850	MARACANÃ
USAFÁ MELVI	R. JOÃO CAETANO, 101	MELVI
USAFÁ MELVI II	RUA FREI SANTA RITA DURÃO, ESQUINA COM AV. MILENA PERUTICH	MELVI
USAFÁ MIRIM II	R. GUILHERME PENTEADO DE CAMPOS, 400	NOVA MIRIM
USAFÁ OCIAN	R. JOSÉ JORGE, 521	VL ALZIRA
USAFÁ QUIETUDE	R. RUI MANOEL SAMPAIO SEABRA PEREIRA, 500	QUIETUDE
USAFÁ REAL	R. DAS BEGÔNIAS, 453	JD. REAL
USAFÁ RIBEIRÓPOLIS	R. ESMERALDO TARQUÍNIO, 471	RIBEIRÓPOLIS
USAFÁ SANTA MARINA	R. PARTICULAR, 598	JD. ANHANGUERA
USAFÁ SAMAMBAIA	AV. DAS ARAUCÁRIAS, 181	SAMAMBAIA
USAFÁ SÃO JORGE	AV. DOS TRABALHADORES, 4242	ANTÁRTICA
USAFÁ SOLEMAR	AV. PRESIDENTE KENNEDY, 19726	SOLEMAR
USAFÁ TUDE BASTOS	R. MARIA LUIZA LAVALLE, 68	SÍTIO DO CAMPO
USAFÁ VILA SÔNIA	R. ANTÔNIO CÂNDIDO DA SILVA, 1075	VILA SÔNIA
USAFÁ VL ALICE	R. RENATA CÂMARA AGONDI, 46	ANHANGUERA
USAFÁ VL TUPIRY	R. IDELFONSO GALEANO, 368	TUPIRY
USAFÁ PRINCESA	R. VERGÍLIO GABRIEL DE SIQUEIRA, 20	JD. PRINCESA
SAÚDE AMBIENTAL	R. ALI HUSSEIN DAYCHOUM, 10376	VILA SÔNIA
USAFÁ NOEMIA	AV. PRESIDENTE KENNEDY, 4960	TUPI
USAFÁ GUILHERMINA	AV. PRESIDENTE KENNEDY, 2100	GUILHERMINA
SAMU - SAMAMBAIA	AV. DOS CORRETORES DE IMÓVEIS, S/N	SAMAMBAIA
SAMU - AVIAÇÃO	AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 2929	AVIAÇÃO
SAMU - QUIETUDE	AV. MINISTRO MARCOS FREIRE, 6730	JD. QUIETUDE
SAMU - MARACANÃ	R. MÁRIO DAIGE, 836	MARACANÃ
ACADEMIA MARACANÃ	AV. CESÁR RODRIGUES REIS, 820	MARACANÃ
ACADEMIA ALOHA	R. WALTER FELICIANO, 186	NOVA MIRIM
ACADEMIA ANTARTICA	R. SAMUEL AUN WEOR, 501	ANTÁRTICA III GLEBA
ACADEMIA ESMERALDA II	AV. HUGO DE CARVALHO RAMOS, 1501	JD. ESMERALDA
ACADEMIA SANTA MARINA	R. PARTICULAR, 650	JD. ANHANGUERA
ACADEMIA MELVI	R. LEOPOLDO AUGUSTO MIGUEZ, 702	JD. MELVI
ACADEMIA SAMAMBAIA	AV. "C", 176	SAMAMBAIA
ACADEMIA SÃO JORGE	AV. JOÃO BATISTA DE SIQUEIRA, 51	ANTÁRTICA
ACADEMIA OCIAN	RUA JOSÉ JORGE, 521	FAIXA ANEXA VL ALZIRA

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA		
UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
ACADEMIA MIRIM	RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO / AV. SANTO ANTONIO DE PÁDUA	—
ACADEMIA REAL	RUA LILAS / PRAÇA LUIZ ANTONIO PRATES MAIA	—

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		
UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
BOUTIQUE DO PEIXE - CANTO DO FORTE	ALTURA AV. RIO BRANCO	CANTO DO FORTE
BOUTIQUE DO PEIXE - OCIAN	ALTURA RUA CARLOS GOMES	OCIAN
CEMITÉRIO MUNICIPAL MORADA DA GRANDE PLANÍCIE	AV. MINISTRO MARCOS FREIRE, 3377	ANTÁRTICA
ACAMAR	AV. DO TRABALHADOR, S/Nº (PRÓX. REGIONAL)	ANTÁRTICA
DEPÓSITO DE MATERIAIS	RUA MIGUEL GUERRA, 246	VILA SÔNIA
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS E CARPINTARIA	RUA MATHILDE DE AZEVEDO SETÚBAL, 1488	CAIÇARA
ECOPONTO ANHANGUERA	RUA CLÓVIS BATISTA DOS SANTOS, S/Nº	ANHANGUERA
ECOPONTO AVIAÇÃO	RUA JOSÉ ALVES MACIEL, S/Nº	AVIAÇÃO
ECOPONTO BOQUEIRÃO	RUA GUANABARA, S/Nº	BOQUEIRÃO
ECOPONTO CAIÇARA	AV. PRES. KENNEDY, 13654	CAIÇARA
ECOPONTO CANTO DO FORTE	AV. ECOLÓGICA YOLANDA DA TRENTINE GIUFFRIDA, S/Nº	CANTO DO FORTE
ECOPONTO SÍTIO DO CAMPO / GUARAMAR	RUA SATURNINO DE BRITO, S/Nº	SÍTIO DO CAMPO
ECOPONTO MARACANÃ	RUA DORIVALDO FRANCISCO LÓRIA, S/Nº	MARACANÃ
ECOPONTO MELVI	RUA LEOPOLDO AUGUSTO MIGUEZ, S/Nº	MELVI
ECOPONTO MIRIM	AV. PRES. KENNEDY, 8462	MIRIM
ECOPONTO NOVA MIRIM	RUA MARTINIANO JOSÉ DAS NEVES, 1410	NOVA MIRIM
ECOPONTO OCIAN	RUA GILBERTO AMADO, 276	OCIAN
ECOPONTO REAL	RUA LILÁS, 429	REAL
ECOPONTO RIBEIRÓPOLIS	RUA AGOSTINHO FERREIRA, S/Nº	RIBEIRÓPOLIS
ECOPONTO SOLEMAR	RUA CASSIMIRO DE ABREU, S/Nº	SOLEMAR
ECOPONTO VILA SÔNIA	RUA ARNALDO AUGUSTO BAPTISTA, S/Nº	VILA SÔNIA
ECOPONTO ANTÁRTICA	RUA JOÃO BATISTA DE SIQUEIRA, S/Nº	ANTÁRTICA
ECOPONTO ESMERALDA	AV. ANA PEREIRA DE FRANÇA, EM FRENTE AO Nº 735	ESMERALDA
ECOPONTO QUIETUDE	RUA DAS ACÁCIAS, S/Nº	QUIETUDE
ECOPONTO SÃO JORGE	RUA JOÃO BATISTA DE SIQUEIRA, S/Nº	SÃO JORGE
EDIFÍCIO DR. INÁCIO FERRAZ	AV. PRES. COSTA E SILVA, 794	BOQUEIRÃO
ESPAÇO ALVORADA	RUA SAVÉRIO FITTIPALDI, S/Nº	QUIETUDE
ESPAÇO BOQUEIRÃO	RUA EMANCIPADOR PAULO FEFIN, S/Nº	BOQUEIRÃO
ESPAÇO CAIÇARA	AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, S/Nº	CAIÇARA
ESPAÇO REAL	RUA AZÁLEA, S/Nº	REAL
ESPAÇO SAMAMBAIA	RUA DOS JACARANDÁS, S/Nº	SAMAMBAIA
ESPAÇO SÃO JORGE (JUNTO ACADEMIA DE SAÚDE - SÃO JORGE)	RUA JOÃO BATISTA DE SIQUEIRA, S/Nº	ANTÁRTICA
ESPAÇO SITIO DO CAMPO	AV. PROF. OLAVO DE PAULA BORGES, S/Nº	SÍTIO DO CAMPO
ESPAÇO VILA SÔNIA	RUA ARNALDO AUGUSTO BAPTISTA, S/Nº	VILA SÔNIA
ESPAÇO CANTO DO FORTE	RUA XIXOVÁ, S/Nº	CANTO DO FORTE
GARAGEM	RUA REINALDO DOS SANTOS, 357	GLÓRIA
MANUTENÇÃO AMBIENTAL - ARBORIZAÇÃO/ VIVEIROS	RUA ANTONIO RENATO GAMBINI, S/Nº	TUPI

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		
UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
ORQUIDÁRIO MUNICIPAL (PARQUE DA CIDADE)	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, S/Nº	SÍTIO DO CAMPO
PRAÇA DO JACARÉ	RUA JOAQUIM OSÓRIO DUQUE ESTRADA, S/Nº	ESMERALDA
PRAÇA SAMAMBAIA	AV. DAS ARAUCÁRIAS, S/Nº (PRÓX. USAFA)	SAMAMBAIA
REGIONAL 1, 2, 3	RUA JOSÉ JULIO MARTINS BATISTA, 25	ANTÁRTICA
REGIONAL 4	AV. PROF.ª. HELENY ROSA, S/Nº	MELVI
TERMINAL DE TRANSBORDO DE RESÍDUOS	AV. DO TRABALHADOR, 2300	VILA SÔNIA
ABRIGO SOLIDÁRIO	AV. MIN. MARCOS FREIRE, 6650	QUIETUDE
CAFE DR. SERGIO MAINENTE	RUA ANA PEREIRA DE FRANCA, 295	ESMERALDA
CAFE SÍTIO DO CAMPO	RUA TEODÓSIO DE AUGUSTINIS, 91	SÍTIO DO CAMPO
CAFE/CRAS VILA SÔNIA	RUA JOÃO ANDRADE DE JESUS, 812	VILA SÔNIA
CASA DE ESTAR FERDIANO A. OLIVEIRA	RUA MARIA MARTINS BATISTA, 456	VILA SÔNIA
CENTRO POP	AV. MIN. MARCOS FREIRE, 6670	QUIETUDE
CENTRO MUNICIPAL SÓCIO TERAPEUTICO	RUA ANDRADE DE JESUS, 60	VILA SÔNIA
CONSELHO TUTELAR - BOQUEIRÃO	RUA DAIR BORGES, 463	BOQUEIRÃO
CONSELHO TUTELAR - MELVI	AV. PROF.ª. HELENY ROSA, 114	MELVI
CONVIVER BOQUEIRÃO - NEA CORDOVIL BORGES DE SOUZA	AV. PRES. CASTELO BRANCO, S/Nº (ESQ. PERNAMBUCO)	BOQUEIRÃO
CONVIVER CAIÇARA	RUA SÃO DOMINGOS, 1435	CAIÇARA
CONVIVER GUILHERMINA	RUA AUDÁLIA PEREIRA GOMES, 245	GUILHERMINA
CONVIVER OCIAN - MARIA FERNANDA ALBUQ. DE CAMPOS	AV. PRES. CASTELO BRANCO, S/Nº	OCIAN
CONVIVER SAMAMBAIA	RUA ITIBERÊ DA CUNHA, 214	SAMAMBAIA
CONVIVER SÃO JORGE	RUA JOÃO BATISTA DE SIQUEIRA, 130	ANTÁRTICA
CONVIVER SÍTIO DO CAMPO - REFORMA	PARQUE LEOPOLDO ESTÁSIO VANDERLINE	SÍTIO DO CAMPO
CONVIVER SOLEMAR	AV. PRES. KENNEDY, 20143	SOLEMAR
CONVIVER TUPI	RUA XAVANTES, 51	TUPI
CRAS ESMERALDA	RUA ANA PEREIRA DE FRANCA, 295	ESMERALDA
CRAS FORTE	RUA XIXOVÁ, 1130	CANTO DO FORTE
CRAS MELVI (PETI)	RUA MARCELINO DE OLIVEIRA, 44	MELVI
CRAS NOVA MIRIM	RUA LAZURITA, 289	NOVA MIRIM
CRAS QUIETUDE	AV. MIN. MARCOS FREIRE, 6650	QUIETUDE
CRAS/CREAS BOQUEIRÃO	RUA EMANC. PAULO FEFIN, 701	BOQUEIRÃO
IASFA - UNID. I - BOQUEIRÃO	RUA EMANC. PAULO FEFIN, 701	BOQUEIRÃO
IASFA - UNID. II - AVIAÇÃO	RUA TOMÉ DE SOUZA, 1313	AVIAÇÃO
IASFA - UNID. III - TUPI	RUA POTIGUARES, 842	TUPI
IASFA - UNID. IV - RIBEIRÓPOLIS	AV. AGOSTINHO FERREIRA, 211	RIBEIRÓPOLIS
IASFA - UNID. V - SÍTIO DO CAMPO	RUA FABIANA DE FARIA ANDRADE, 36	SÍTIO DO CAMPO
IASFA - UNID. VI - SÃO JORGE	AV. JOÃO BATISTA DE SIQUEIRA, 113	SÃO JORGE
LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS	RUA JOANNA IMPARATO DE SOUZA FERREIRA, S/Nº	MIRIM
RESIDÊNCIA INCLUSIVA	RUA TOMÉ DE SOUZA, S/Nº	AVIAÇÃO
PIC FORTE	RUA XIXOVÁ, 1130	CANTO DO FORTE
PIC MELVI	AV. PROF.ª. HELENY ROSA, 114	MELVI
PIC QUIETUDE	RUA MILTON DANIELS, 555	QUIETUDE
PIC REAL	AV. PRES. KENNEDY, 17483	REAL

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		
UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
PIC SÍTIO DO CAMPO	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, S/Nº	SÍTIO DO CAMPO
PIC VILA ALICE	RUA RENATA CÂMARA AGONDI, 50	VILA ALICE
PIC VILA SONIA	RUA ANTÔNIO CÂNDIDO DA SILVA, S/Nº	VILA SÔNIA
SEDE - SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	RUA EMANC. PAULO FEFIN, 775	BOQUEIRÃO
PÁTIO MUNICIPAL	AV. DO TRABALHADOR, 3443	ANTÁRTICA
SEDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO	RUA AMÁLIA BELLOTTI PASTORELLO, 72	SÍTIO DO CAMPO
PALÁCIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS	AV. PRES. KENNEDY, 9000	MIRIM
GALPÃO ARQUIVO	AV. MIN. MARCOS FREIRE, 6650	QUIETUDE
GRÁFICA	RUA COPACABANA, 530	GUILHERMINA
SEAI - SEDE	AV. MIN. MARCOS FREIRE, 6650	QUIETUDE
SEDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	AV. DO TRABALHADOR, 02	SÍTIO DO CAMPO
TERMINAL DE TRANSBORDO E RODOVIÁRIO DR. TUDE BASTOS	AV. DO TRABALHADOR, S/Nº	SÍTIO DO CAMPO
TERMINAL DE TRANSBORDO E RODOVIÁRIO FRANCISCO G. SILVA TATICO	RUA VALTER JOSÉ ALVES, S/Nº	MIRIM
CITM BOQUEIRÃO	AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, S/Nº	BOQUEIRÃO
COMPLEXO DE LAZER ÉZIO DALL'ACQUA (PORTINHO)	RUA PAULO SÉRGIO GARCIA, S/Nº	SÍTIO DO CAMPO
FEIRA DE ARTESANATO CAIÇARA	PRAÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 06	CAIÇARA
FEIRA DE ARTESANATO OCIAN	PRAÇA ROBERTO ANDRAUS, S/Nº	OCIAN
FEIRA DE ARTESANATO SOLEMAR	PRAÇA CARLOS GOMES, S/Nº	SOLEMAR
FERIA DE ARTESANATO GUILHERMINA/PRAÇA DE PORTUGAL	PRAÇA PORTUGAL, S/Nº	GUILHERMINA
KARTODROMO MUNICIPAL	AV. LUIZ ARIKAWA, 84	SÍTIO DO CAMPO
PALÁCIO DAS ARTES - SEDE SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	AV. PRES. COSTA E SILVA, 1600	BOQUEIRÃO
PAVILHÃO DE EVENTOS JAIR RODRIGUES	RUA SAVÉRIO FITTIPALDI, S/Nº	QUIETUDE
ESPAÇO KIDS FORTE-CASTELINHO	ALTURA DA RUA HEITOR SANCHES	CANTO DO FORTE
ESPAÇO KIDS GUILHERMINA-GELEIRA	ALTURA DA RUA JOÃO SAMPAIO	GUILHERMINA
ESPAÇO KIDS AVIAÇÃO-AVIÃOZINHO	ALTURA DA RUA BARTOLOMEU DIAS	AVIAÇÃO
ESPAÇO KIDS TUPI – OCA	ENTRE AS RUAS UIRAPURU E PRESIDENTE SARMIENTO	TUPI
ESPAÇO KIDS OCIAN – FUNDO DO MAR	ALTURA DA RUA AFONSO CHAVES	OCIAN
ESPAÇO KIDS CAIÇARA – CUPCAKE	ALTURA DA RUA SALVADOR MOLINAR	CAIÇARA
ESCOLA DE ESPORTES RADICAIS - CANTO DO FORTE	ALTURA DA AV. XIXOVÁ	CANTO DO FORTE
ESCOLA DE ESPORTES RADICAIS - OCIAN	ALTURA DA RUA OCEÂNICA AMÁBILE	OCIAN

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		
UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
ESCOLA DE SURF - CANTO DO FORTE	ALTURA DA RUA MAR. EURICO GASPAR DUTRA	CANTO DO FORTE
ESCOLA DE SURF - OCIAN	ALTURA DA RUA DR. VICENTE DE CARVALHO	OCIAN
SEDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER/ GINÁSIO SEEL	AV. MIN. MARCOS FREIRE, 5336	TUPIRY
GINÁSIO CIE	AV. DR. ESMERALDO S. TARQUÍNIO DE CAMPOS FILHO, S/Nº	RIBEIRÓPOLIS
GINÁSIO MIRINS III	AV. MAL. MAURÍCIO JOSÉ CARDOSO, S/Nº	CANTO DO FORTE
GINÁSIO SAMAMBAIA	AV. MARIA CAVALCANTE DA SILVA, 10	SAMAMBAIA
GINÁSIO SÍTIO DO CAMPO / COMPLEXO ESPORTIVO CESARIO REIS LIMA	RUA MARIA LUIZA LAVALE, 180	SÍTIO DO CAMPO
GINÁSIO ANTÁRTICA	AV. DO TRABALHADOR, 4111	ANTÁRTICA
GINÁSIO CANTO DO FORTE	AV. RIO BRANCO, 640	CANTO DO FORTE
GINÁSIO RODRIGÃO	AV. PRESIDENTE KENNEDY, 5563	TUPI
GINÁSIO FALCÃO	AV. PRESIDENTE KENNEDY, S/Nº	MIRIM
GINÁSIO CAIÇARA/ MÁRIO POSANI	RUA SAMUEL AUGUSTO LEÃO DE MOURA, S/Nº	CAIÇARA
GINÁSIO ALOHÁ	RUA ZENJI SASAKI, S/Nº	NOVA MIRIM
PARQUE DA CIDADE	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, S/Nº	SÍTIO DO CAMPO
GINÁSIO MAGIC PAULA	RUA MARIA ROSA CORRÊA, S/Nº	ANTÁRTICA
PISCINA MUNICIPAL	RUA GILBERTO FOUAD BECK, 110	MIRIM
NAVEGA SP - PORTINHO	RUA PAULO SÉRGIO GARCIA, S/Nº	SÍTIO DO CAMPO
CAMPO DE FUTEBOL AC PRAIA GRANDE	AV. IRMÃOS ADORNO, S/N	SÍTIO DO CAMPO
CAMPO DE FUTEBOL TREZE DE MAIO	RUA AMAUZIDE GAMA, S/N	SÍTIO DO CAMPO
CAMPO DE FUTEBOL MAGIC PAULA	RUA MARIA CORREIA, 480	ANTÁRTICA
CAMPO DE FUTEBOL GALO DE OURO	AV. SÃO JORGE, S/N	NOVA MIRIM
CAMPO DE FUTEBOL REAL	RUA ANTÔNIO LUIZ PRATES MAIA, S/N	REAL
CAMPO DE FUTEBOL MELVI	RUA MILTON DE OLIVEIRA, S/N	MELVI
PISTA DE SKATE AVIAÇÃO	AV. PRES. CASTELO BRANCO S/Nº (ENTRE AV. ANTÔNIO SEVERIANO DE ANDRADE E SILVA E AV. CARLOS MARTINIANO DE ANDRADE BITTENCOURT)	AVIAÇÃO
PISTA DE SKATE BOQUEIRÃO	AV. MAL. MALLET S/Nº (CRUZ. DA RUA ACRE / AV. PRES. COSTA E SILVA)	BOQUEIRÃO
PISTA DE SKATE OCIAN	AV. PRES. CASTELO BRANCO S/Nº (FRENTE A AV. VICENTE DE CARVALHO)	OCIAN
PISTA DE SKATE QUIETUDE	RUA SAVÉRIO FITTIPALDI S/Nº (QUADRADÃO JAIR RODRIGUÊS)	QUIETUDE
PISTA DE SKATE SAMAMBAIA	PRAÇA HELENA CARDOSO BERNADINO S/ Nº (ENTRE R. QUARESMEIRA E R. IPÊS)	SAMAMBAIA
GUARDA CIVIL MUNICIPAL	AV. MIN. MARCOS FREIRE, 6660	QUIETUDE
CORPO DE BOMBEIROS	AV. PRES. KENNEDY, 10900	CAIÇARA
CANIL GCM	RUA PAULO SÉRGIO GARCIA, S/Nº	SÍTIO DO CAMPO
DDM/NECRIM	RUA CIDADE DE SANTOS, S/Nº	BOQUEIRÃO
45º BATALHÃO PM	AV. AYRTON SENNA S/Nº	JD. INTERMARES



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		
UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
COMPLEXO DE SEGURANÇA	RUA GUIMARÃES ROSA, 1069	OCIAN
BASE RÁDIOPATROLHA	RUA GILBERTO FOUAD BECK, S/Nº	MIRIM
GALPÃO 1ª CIA 45º BPM	RUA AMÁLIA BELLOTII PASTORELLO, 94	SÍTIO DO CAMPO
1º DP POLÍCIA CIVIL	AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 11084	TUPI
2º DP POLÍCIA CIVIL	RUA PERNAMBUCO, 885	BOQUEIRÃO
3º DP POLÍCIA CIVIL	AV. PRES. KENNEDY, 13296	CAIÇARA



3º Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Setores requisitantes:

Secretaria de Educação
Secretaria de Saúde Pública
Secretaria de Serviços Urbanos

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de serviços de manutenção dos Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), com fornecimento de materiais, é de fundamental importância para o Município da Estância Balneária de Praia Grande, uma vez que assegura a integridade estrutural e elétrica das edificações públicas e a segurança de servidores, alunos, pacientes e munícipes que utilizam diariamente esses espaços.

Os sistemas de SPDA têm como função principal proteger as edificações e seus ocupantes contra os efeitos das descargas atmosféricas, evitando incêndios, danos a equipamentos elétricos e eletrônicos, além de riscos de choques elétricos. Dessa forma, a manutenção preventiva e corretiva desses sistemas é essencial para garantir sua plena funcionalidade, conforme estabelecem as normas ABNT NBR 5419 e correlatas, que determinam inspeções periódicas, medições e adequações às condições de uso e ambientais.

Com o passar do tempo, os componentes do SPDA — como hastes, cabos de descida, conexões, captosres, condutores de equipotencialização e sistemas de aterramento — sofrem desgastes naturais, oxidação e deterioração, especialmente em municípios litorâneos como Praia Grande, onde a maresia acelera os processos de corrosão. Além disso, fatores externos como vandalismo, intempéries e obras de manutenção predial podem comprometer a continuidade elétrica do sistema, reduzindo sua eficiência e colocando em risco a segurança das instalações.

A execução dos serviços deve contemplar mão de obra técnica especializada e o fornecimento imediato dos materiais necessários, eliminando a necessidade de estoques por parte da Administração e garantindo agilidade, eficiência e conformidade técnica. Tal medida também permite que as intervenções sejam realizadas de forma planejada e padronizada, reduzindo custos futuros com reparos emergenciais e evitando interrupções nas atividades públicas.

A correta manutenção dos sistemas de SPDA contribui diretamente para a preservação do patrimônio público, a proteção de equipamentos sensíveis e a continuidade dos serviços essenciais prestados à população, como educação, saúde, assistência social e administração pública. Além de ser uma medida de segurança patrimonial, trata-se também de cumprimento legal e normativo, uma vez que a ausência de manutenção periódica pode configurar negligência administrativa e expor o município a riscos de acidentes e responsabilizações civis.

Portanto, a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), com fornecimento de materiais, mostra-se necessária e imprescindível para assegurar a segurança, a conformidade técnica e a



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

continuidade operacional das edificações públicas municipais, promovendo a sustentabilidade, eficiência e proteção integral das instalações da Estância Balneária de Praia Grande.

2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL- PCA

O objeto da contratação está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, conforme detalhamento disponível no link: <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2025>.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública planeja a abertura de procedimento licitatório na modalidade Registro de Preços, visando à contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção de Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), incluindo o fornecimento de materiais.

A iniciativa é essencial para garantir a segurança estrutural e elétrica das edificações públicas, preservando a integridade física de servidores, alunos, pacientes e munícipes, bem como assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos e sistemas elétricos sensíveis. O Município da Estância Balneária de Praia Grande possui grande número de prédios públicos, escolas, unidades de saúde, centros administrativos e espaços de uso coletivo, cuja proteção contra descargas atmosféricas é obrigatória conforme as normas ABNT NBR 5419.

A adoção do sistema de Registro de Preços permite que a Administração atenda às demandas de manutenção conforme a necessidade real e de forma contínua, sem a obrigatoriedade de manter estoques permanentes, o que otimiza recursos públicos e reduz custos administrativos. Tal procedimento está em consonância com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, que prevê vigência da Ata de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período mediante justificativa.

A opção pela LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA é motivada pela necessidade de continuidade na contratação, assegurando uniformidade nos padrões técnicos e permitindo que os serviços e materiais utilizados mantenham qualidade, durabilidade e compatibilidade entre si.

A variação entre fornecedores e marcas pode comprometer a continuidade elétrica e a confiabilidade do sistema, ocasionando falhas técnicas e reduzindo o nível de proteção contra descargas atmosféricas. Além disso, a utilização de materiais heterogêneos pode gerar ciclos de vida útil desiguais, dificultando o planejamento de manutenções periódicas e tornando o gerenciamento do patrimônio público mais oneroso e complexo.

A contratada deverá observar rigorosamente as normas técnicas vigentes, em especial as ABNT NBR 5419, NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR-35 (Trabalho em Altura) e demais regulamentações aplicáveis. É indispensável que a empresa vencedora disponibilize equipe técnica qualificada, sob a responsabilidade de engenheiro eletricista legalmente habilitado.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

A empresa vencedora deverá apresentar certidão atualizada de registro ou inscrição no CREA, além de declaração em papel timbrado, assinada por representante legal, indicando que possui ou possuirá profissional responsável técnico (engenheiro eletricista), com respectiva comprovação de vínculo. Deverá ainda apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da autorização de fornecimento, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

Os serviços deverão contemplar atividades preventivas e corretivas, abrangendo inspeções periódicas, medições ôhmicas, verificações de continuidade elétrica, reparos, substituições de componentes e adequações às normas vigentes, bem como o fornecimento imediato dos materiais necessários. Todos os materiais e equipamentos empregados deverão atender aos padrões de qualidade e resistência adequados ao ambiente litorâneo, considerando o alto índice de corrosão provocado pela maresia, de modo a evitar falhas, oxidações, curtos-circuitos ou desconexões do sistema.

Os produtos e serviços constantes da Ata de Registro de Preços serão recebidos e atestados pela Unidade Requisitante, que também será responsável por realizar vistorias no momento da entrega. Caso não atendam às exigências técnicas, poderão ser recusados, devendo a empresa vencedora realizar a substituição, sem prejuízo das penalidades previstas.

A fiscalização da execução ficará a cargo da Secretaria competente, cabendo à contratada responder integralmente por quaisquer prejuízos decorrentes de transporte inadequado, falhas na execução dos serviços, defeitos de fabricação ou danos causados a bens públicos e de terceiros.

O prazo para execução dos serviços e entrega dos materiais será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da autorização formal da Unidade Requisitante, prorrogável uma única vez por igual período, mediante justificativa e aceitação. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a conclusão e atesto dos serviços ou da entrega dos materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente.

A empresa contratada deverá comparecer sempre que convocada para orientações e alinhamentos técnicos, assumindo integralmente a responsabilidade por acidentes de trabalho, danos a terceiros, imperícia, negligência ou imprudência na execução contratual, bem como por todos os custos decorrentes de falhas técnicas ou operacionais.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A elaboração da estimativa de quantidades para a contratação de serviços de manutenção dos Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA no município de Praia Grande é indispensável para garantir a segurança estrutural e operacional de uma ampla rede de próprios municipais e serviços essenciais. Esses sistemas estão presentes em unidades de educação, saúde e diversos equipamentos públicos, totalizando mais de 270 edificações que necessitam de proteção contínua contra descargas atmosféricas, especialmente considerando as características climáticas e ambientais da região litorânea.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Nas unidades educacionais, a manutenção do SPDA é fundamental para assegurar a integridade física de alunos, professores e servidores. Ambientes como salas de aula, quadras, bibliotecas e laboratórios somente permanecem seguros quando os sistemas de captação, descidas e aterramento estão em conformidade com as normas técnicas vigentes (NBR 5419). A exposição dessas edificações a tempestades e descargas atmosféricas exige um acompanhamento periódico, incluindo inspeções visuais, medições de resistência de aterramento e verificação dos componentes de proteção.

Nas unidades de saúde, o papel do SPDA é ainda mais estratégico. Hospitais, UPAs e prontos-socorros abrigam equipamentos de suporte à vida, sistemas de emergência e áreas de grande concentração de pessoas. Qualquer falha na proteção contra descargas atmosféricas pode gerar danos graves às edificações, interrupção de serviços essenciais ou riscos diretos aos pacientes e profissionais. Por essa razão, a manutenção especializada do SPDA deve ser contínua e rigorosa, garantindo que todos os subsistemas estejam em plena conformidade.

Os demais próprios municipais, como unidades administrativas, centros comunitários, postos de salvamento e outras estruturas, também demandam atenção específica em razão da grande circulação de pessoas e da necessidade de preservar equipamentos públicos. Em regiões amplamente expostas, como orla marítima, vias estruturais e áreas descampadas, os riscos de incidência de descargas atmosféricas são maiores, ampliando a necessidade de inspeções e correções periódicas.

A estimativa considera ainda as condições ambientais da cidade, marcada pela forte incidência de ventos, chuvas intensas e alta salinidade devido à maresia. Esses fatores aceleram a corrosão de hastes, conectores, captosres e condutores, reduzindo a vida útil do SPDA e exigindo manutenções preventivas mais frequentes. Eventos climáticos extremos, como tempestades repentinas, também podem deslocar elementos externos dos sistemas ou comprometer a resistência do aterramento.

Outro aspecto relevante é a imprevisibilidade das demandas, uma vez que danos ao SPDA podem ocorrer por corrosão acelerada, vandalismo, intervenções indevidas de terceiros, obras civis ou tempestades intensas. É necessário que a Administração esteja preparada para atender tanto as demandas ordinárias quanto as emergenciais, garantindo respostas rápidas e eficazes.

Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o planejamento da contratação deve priorizar critérios que promovam eficiência, segurança e economicidade. Assim, esta estimativa de quantidades foi elaborada para abranger todas as necessidades conhecidas e potenciais, refletindo o compromisso do Município em preservar sua infraestrutura e assegurar a proteção adequada das edificações públicas contra descargas atmosféricas.

Portanto, a apresentação desta estimativa configura etapa essencial para que o Município de Praia Grande mantenha seus próprios públicos em condições seguras, protegendo vidas, bens públicos e garantindo a continuidade dos serviços prestados à população, especialmente em um cenário urbano sujeito a fenômenos climáticos intensos.

Abaixo, são apresentadas as estimativas totais das quantidades planejadas para aquisição:

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	SECRETARIAS			TOTAL
			SESURB	SEDUC	SESAP	
1	ATERRO, INCLUSIVE COMPACTAÇÃO MANUAL	m3	260	1300	1000	2.560
2	BARRA CONDUTORA CHATA EM ALUMÍNIO DE 7/8' X 1/8', INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	m	5600	14100	7500	27.200
3	CABO DE COBRE DE 25 MM², ISOLAMENTO 8,7/15 KV - ISOLAÇÃO EPR 90°C	m	855	1250	1000	3.105
4	CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO TIPO EMBUTIR COM TAMPA E ALÇA	un	100	600	250	950
5	CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO TIPO SUSPensa EM PVC OU POLIPROPILENO	un	500	1300	450	2.250
6	CARTUCHO PARA CONEXÃO EXOTERMICA CABO/ CABO	un	320	1300	450	2.070
7	CARTUCHO PARA CONEXÃO EXOTERMICA CABO/ HASTE	un	400	1300	420	2.120
8	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	m3	200	700	250	1.150
9	CONCRETO FCK=15,0MPA - VIRADO NA OBRA	m3	200	1100	1000	2.300
10	CONDUTOR EM AÇO CA - 25 - 3/8" P/ PARA-RAIO	m	1450	13200	5000	19.650
11	CONECTOR EM LATÃO ESTANHADO PARA CABOS DE 16 A 50 MM² E VERGALHÕES ATÉ 3/8'	un	160	400	150	710
12	CONECTOR SPLIT-BOLT, PARA SPDA, PARA CABOS ATÉ 70 MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	160	1200	300	1.660
13	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	m	900	3500	1000	5.400
14	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	4000	8500	6000	18.500
15	CORTE DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM SERRA DE DISCO DIAMANTADO PARA PISOS	m	2600	12000	9800	24.400
16	DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO ARMADO	m3	200	600	250	1.050
17	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL DE 1' - COM ACESSÓRIOS	m	720	1900	750	3.370
18	ESCAVAÇÃO MANUAL, PROFUNDIDADE IGUAL OU INFERIOR A 1,50M	m3	750	1500	950	3.200
19	HASTE "COPPERWELD"- 5/8"X3,00M	un	280	1000	400	1.680
20	LUZ DE OBSTÁCULO DUPLA COM FOTOCELULA SOLAR	un	35	100	420	555

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	SECRETARIAS			TOTAL
			SESURB	SEDUC	SESAP	
21	PARA-RAIO TIPO POLIMERICO CLASSE 15KV	un	222	250	420	892
22	PÁRA-RAIOS TIPO "FRANKLIN", EXCLUSIVE DESCIDA E ATERRAMENTO	un	35	100	420	555
23	RECOLOCAÇÃO DE CABO APARENTE - ACIMA DE 16MM2	m	200	6500	500	7.200
24	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS, PARA FECHAMENTO DE VALAS - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL.	m2	600	900	1300	2.800
25	REMOÇÃO DE BASE E HASTE DE PÁRA-RAIOS	un	35	100	300	435
26	REMOÇÃO DE CABO DE AÇO E ESTICADORES	m	300	3000	300	3.600
27	REMOÇÃO DE CAPTOR DE PÁRA-RAIOS - TIPO FRANKLIN	un	35	50	250	335
28	REMOÇÃO DE SUPORTE-ISOLADOR TIPO ROLDANA	un	200	600	250	1.050
29	REMOÇÃO DE TUBO DE PROTEÇÃO PARA CORDOALHA, INCLUSIVE FIXAÇÕES	un	200	1000	500	1.700
30	SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE CABO EM TELHA ONDULADA	un	225	2100	500	2.825
31	SUPORTE SIMPLES COM ROLDANA, PARA DESCIDA DE PÁRA-RAIOS	un	310	2200	500	3.010
32	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSÃO - PARA CABO 35MM2	un	300	1200	500	2.000

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, por meio de pesquisas em editais disponíveis em plataformas oficiais e sistemas de compras governamentais, com o objetivo de identificar metodologias, práticas de execução, tecnologias aplicadas e eventuais inovações que possam melhor atender às necessidades do município.

Verificou-se que, embora existam variações em relação à modalidade licitatória utilizada – muitas vezes definidas com base na urgência, particularidade da demanda ou permissibilidade normativa – a execução do objeto em si não apresenta mudanças significativas quanto ao papel da empresa contratada. Ou seja, permanece o entendimento de que a execução adequada depende da contratação de empresa especializada para serviços de manutenção de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas. Foi descartada a hipótese de locação dos bens, tendo em vista que este tipo de material, além de possuir vida útil longa (quando bem instalado e



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

mantido), necessita ser incorporado de forma definitiva à infraestrutura urbana da cidade, o que inviabiliza o modelo de locação para esse tipo de serviço.

Diante desse cenário, conclui-se que a forma mais eficiente e consolidada no mercado é a contratação integrada do fornecimento e da instalação dos equipamentos junto a fornecedores especializados, conforme já adotado em diversas administrações públicas e como prática recomendada para garantir agilidade, uniformidade técnica e maior controle sobre o padrão de qualidade dos materiais e serviços entregues.

Com base na especificação técnica constante neste Estudo Técnico Preliminar, entende-se que a contratação ora proposta está alinhada às práticas correntes de mercado, com respaldo técnico e jurídico para sua execução conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estimativa preliminar do preço que visa à escolha da melhor solução para a contratação e à análise de sua viabilidade. O orçamento estimativo final para a contratação será consolidado no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	FONTE	CÓDIGO	VALORES EM REAIS		
						PREÇO SEM BDI	PREÇO COM BDI	TOTAL
1	ATERRO, INCLUSIVE COMPACTAÇÃO MANUAL	M3	2.560	SIURB	01-002-005	46,09	57,61	147.488,00
2	BARRA CONDUTORA CHATA EM ALUMÍNIO DE 7/8" X 1/8", INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	M	27.200	CDHU	42.05.440	35,16	43,95	1.195.440,00
3	CABO DE COBRE DE 25 MM², ISOLAMENTO 8,7/15 KV - ISOLAÇÃO EPR 90°C	M	3.105	CDHU	39.06.060	89,10	111,38	345.819,38
4	CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO TIPO EMBUTIR COM TAMPAS E ALÇA	UN	950	SIURB	09-011-014	174,14	217,68	206.791,25
5	CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO TIPO SUSPENSÃO EM PVC OU POLIPROPILENO	UN	2.250	SIURB	09-011-015	109,29	136,61	307.378,13
6	CARTUCHO PARA CONEXÃO EXOTERMICA CABO/ CABO	UN	2.070	SIURB	09-017-026	151,09	188,86	390.945,38
7	CARTUCHO PARA CONEXÃO EXOTERMICA CABO/ HASTE	UN	2.120	SIURB	09-017-027	162,96	203,70	431.844,00
8	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	1.150	SINAPI	97096	553,40	691,75	795.512,50
9	CONCRETO FCK=15,0MPA - VIRADO NA OBRA	M3	2.300	SIURB	02-005-005	629,80	787,25	1.810.675,00
10	CONDUTOR EM AÇO CA - 25 - 3/8" P/ PARA-RAIO	M	19.650	SIURB	09-011-041	16,57	20,71	407.000,63
11	CONECTOR EM LATÃO ESTANHADO PARA CABOS DE 16 A 50 MM² E VERGALHÕES ATÉ 3/8"	UN	710	CDHU	42.05.270	61,85	77,31	54.891,88

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	FONTE	CÓDIGO	VALORES EM REAIS		
						PREÇO SEM BDI	PREÇO COM BDI	TOTAL
12	CONECTOR SPLIT-BOLT, PARA SPDA, PARA CABOS ATÉ 70 MM ² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1.660	SINAPI	104754	37,12	46,40	77.024,00
13	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM ² , NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	5.400	SINAPI	96973	81,67	102,09	551.272,50
14	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM ² , ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	18.500	SINAPI	96977	58,83	73,54	1.360.443,75
15	CORTE DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM SERRA DE DISCO DIAMANTADO PARA PISOS	M	24.400	CDHU	11.20.050	11,72	14,65	357.460,00
16	DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO ARMADO	M3	1.050	SIURB	17-050-021	517,83	647,29	679.651,88
17	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL DE 1' - COM ACESSÓRIOS	M	3.370	CDHU	38.01.060	43,63	54,54	183.791,38
18	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA	M3	3.200	SINAPI	93358	121,99	152,49	487.960,00
19	HASTE "COPPERWELD"-5/8"X3,00M	UN	1.680	SIURB	09-083-090	290,82	363,53	610.722,00
20	LUZ DE OBSTÁCULO DUPLA COM FOTOCELULA SOLAR	UN	555	SIURB	09-011-018	309,42	386,78	214.660,13
21	PARA-RAIO TIPO POLIMERICO CLASSE 15KV	UN	892	SIURB	9017018	303,13	378,91	337.989,95
22	PÁRA-RAIOS TIPO "FRANKLIN", EXCLUSIVE DESCIDA E ATERRAMENTO	UN	555	SIURB	09-011-005	802,81	1.003,51	556.949,44
23	RECOLOCAÇÃO DE CABO APARENTE - ACIMA DE 16MM ²	M	7.200	SIURB	09-070-017	17,93	22,41	161.370,00
24	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS, PARA FECHAMENTO DE VALAS - INCLUSIVE RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL.	M2	2.800	SINAPI	102988	76,80	96,00	268.800,00
25	REMOÇÃO DE BASE E HASTE DE PÁRA-RAIOS	UN	435	SIURB	09-053-020	59,76	74,70	32.494,50
26	REMOÇÃO DE CABO DE AÇO E ESTICADORES	M	3.600	SIURB	09-053-021	29,88	37,35	134.460,00
27	REMOÇÃO DE CAPTOR DE PÁRA-RAIOS - TIPO FRANKLIN	UN	335	SIURB	09-053-010	29,88	37,35	12.512,25
28	REMOÇÃO DE SUPORTE-ISOLADOR TIPO ROLDANA	UN	1.050	SIURB	09-050-020	11,95	14,94	15.684,38
29	REMOÇÃO DE TUBO DE PROTEÇÃO PARA CORDOALHA, INCLUSIVE FIXAÇÕES	UN	1.700	SIURB	09-053-025	59,76	74,70	126.990,00
30	SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE CABO EM TELHA ONDULADA	UN	2.825	SIURB	09-083-058	74,19	92,74	261.983,44
31	SUPORTE SIMPLES COM ROLDANA, PARA DESCIDA DE PÁRA-RAIOS	UN	3.010	SIURB	09-083-082	66,08	82,60	248.626,00
32	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSÃO - PARA CABO 35MM ²	UN	2.000	SIURB	09-080-022	28,41	35,51	71.025,00

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	FONTE	CÓDIGO	VALORES EM REAIS		
						PREÇO SEM BDI	PREÇO COM BDI	TOTAL
VALOR GLOBAL								R\$ 12.845.656,70

Obs. :	BDI - 25%
	Data Base: SINAPI - Setembro/2025
	Data Base: CDHU - Agosto/2025
	Data Base: SIURB - Julho/2025

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação tem como objetivo a execução de serviços de manutenção dos Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários, com a finalidade de atender às demandas de inspeção, adequação, correção e conservação dos sistemas instalados nos próprios municipais da Estância Balneária de Praia Grande.

A solução proposta contempla a realização de manutenções preventivas e corretivas, compreendendo inspeções visuais, medições de resistência de aterramento, testes de continuidade, substituição de componentes deteriorados, adequações conforme a NBR 5419 e demais normas técnicas vigentes, além do fornecimento dos materiais indispensáveis para garantir o pleno funcionamento dos SPDA instalados em unidades educacionais, unidades de saúde, prédios administrativos, bases operacionais e demais edificações públicas. A contratação deverá ser celebrada com empresa especializada, devidamente registrada e tecnicamente habilitada, assegurando conformidade com as normas de segurança, qualidade e desempenho exigidas pela Administração Pública.

A necessidade desta solução decorre tanto da média histórica de intervenções realizadas nos SPDA, quanto das condições ambientais características da região litorânea, que aceleram a corrosão de componentes metálicos e reduzem sua vida útil. Além disso, fatores como tempestades, ventos fortes, descargas atmosféricas frequentes, interferências de terceiros, vandalismo e danos acidentais tornam imprescindível a disponibilidade ágil de materiais e serviços especializados, possibilitando pronta resposta da Administração diante de situações emergenciais.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) permite que a Administração atenda às demandas de forma flexível, conforme a real necessidade de cada unidade, sem a obrigatoriedade de manter estoques permanentes, garantindo maior economicidade, eficiência e racionalização dos recursos públicos. O SRP também confere rapidez na contratação dos serviços e materiais essenciais, reduzindo o tempo de resposta frente a ocorrências que exigem intervenção imediata.



Dessa forma, a solução ora apresentada busca garantir a continuidade, integridade e confiabilidade dos Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas do município, contribuindo para a segurança de usuários e servidores, preservando o patrimônio público e reforçando o compromisso da Administração com a gestão responsável dos recursos e com a manutenção adequada da infraestrutura municipal.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio da modalidade MENOR PREÇO GLOBAL, não sendo recomendável o parcelamento do objeto. A escolha pela contratação integral justifica-se pela necessidade de padronização dos materiais e dos serviços prestados, além da importância de garantir uniformidade técnica e operacional durante a execução.

A unificação do fornecimento e da instalação proporciona maior eficiência logística, otimiza recursos, reduz a necessidade de múltiplos acompanhamentos técnicos e evita possíveis incompatibilidades entre fornecedores distintos. Adicionalmente, a contratação de um único prestador especialista no ramo proporciona suporte técnico contínuo e facilita a fiscalização e gestão do contrato.

Dessa forma, considera-se que a contratação global representa a opção mais vantajosa para a Administração, promovendo ganhos em escala, economicidade e melhor qualidade na entrega do serviço, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a contratação dos serviços de manutenção dos Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, com fornecimento de materiais, por meio de Registro de Preços, tem por finalidade assegurar a continuidade, integridade e eficiência dos sistemas de proteção instalados nos próprios municipais da Estância Balneária de Praia Grande.

O objetivo é garantir maior segurança aos cidadãos, servidores e usuários das edificações públicas, assegurando a proteção estrutural e operacional de escolas, unidades de saúde, prédios administrativos, bases operacionais e demais equipamentos municipais. A adequada manutenção dos SPDA contribui para a prevenção de acidentes decorrentes de descargas atmosféricas, reduz o risco de danos estruturais e protege o patrimônio público, além de garantir a continuidade dos serviços oferecidos à população.

A padronização dos materiais e a contratação de empresa especializada proporcionam maior confiabilidade e durabilidade aos sistemas, assegurando que todos os componentes instalados estejam em conformidade com a NBR 5419 e demais normas técnicas aplicáveis. Além disso, considerando as características ambientais da região litorânea — como alta salinidade e exposição a intempéries —, o uso de materiais adequados e resistentes à corrosão amplia a vida útil dos sistemas e reduz a necessidade de intervenções emergenciais.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

Com isso, a Administração Pública busca alcançar resultados que envolvem eficiência, economicidade, segurança, confiabilidade e continuidade dos serviços públicos, garantindo edificações públicas protegidas, funcionamento seguro das atividades essenciais e melhoria da infraestrutura municipal em benefício da população.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Considerando a recorrência da demanda e o histórico de serviços de manutenção dos Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) nos próprios municipais, não foram identificadas providências adicionais a serem adotadas pela Administração neste momento.

A Administração já dispõe de equipe técnica capacitada para acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução das manutenções, assegurando que todas as intervenções sejam realizadas em conformidade com a NBR 5419 e demais normas técnicas aplicáveis, bem como com os padrões de segurança e qualidade exigidos.

A execução dos serviços será realizada por empresa especializada e regularmente habilitada, selecionada por processo licitatório, garantindo o atendimento aos requisitos legais, técnicos e operacionais necessários para a adequada prestação dos serviços contratados.

Por fim, a Administração manterá monitoramento contínuo ao longo da vigência contratual, adotando todas as medidas necessárias para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, a eficiência das intervenções realizadas e a plena continuidade da proteção das edificações municipais contra descargas atmosféricas.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Esta contratação refere-se exclusivamente à execução de serviços de manutenção dos Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), destinados a atender à infraestrutura dos próprios municipais do Município da Estância Balneária de Praia Grande.

Não há necessidade de contratar serviços ou materiais adicionais relacionados a outras atividades, uma vez que todo o fornecimento e execução serão realizados por empresa especializada, garantindo o cumprimento das normas técnicas e a qualidade dos serviços prestados.

Assim, considerando a especificidade desta contratação e a inexistência de vínculos diretos com outras aquisições ou contratos em andamento, não se identificam contratações correlatas ou interdependentes no presente processo.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os serviços de manutenção dos Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, com fornecimento de materiais como hastes de aterramento, captadores, condutores de descida, conectores, suportes metálicos, parafusos, mantas de proteção e demais componentes



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

estruturais, podem acarretar impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida desses materiais — desde a extração das matérias-primas até sua disposição final. A produção de metais utilizados na fabricação dos elementos do SPDA envolve processos industriais intensivos, que podem resultar em consumo significativo de recursos naturais, emissão de poluentes atmosféricos, geração de resíduos e degradação ambiental.

O descarte inadequado de componentes metálicos deteriorados, como hastes, cabos, conectores e suportes corroídos, representa risco ao meio ambiente e à saúde pública, especialmente pela possibilidade de contaminação do solo e da água devido à presença de metais pesados ou substâncias derivadas de processos de corrosão. Embora muitos desses materiais sejam recicláveis, a destinação irregular pode acarretar impactos negativos aos ecossistemas e comprometer a qualidade ambiental local.

Para mitigar esses impactos, torna-se fundamental a adoção de práticas adequadas de gerenciamento, triagem e reciclagem dos resíduos gerados. Priorizar o uso de materiais certificados, com origem sustentável e fabricados mediante processos industriais menos poluentes, contribui significativamente para a redução dos danos ambientais. Da mesma forma, a reutilização, quando tecnicamente possível, e a reciclagem de materiais metálicos ampliam a sustentabilidade dos serviços prestados.

A empresa contratada deve incorporar responsabilidade socioambiental em todas as etapas da execução, garantindo o manejo adequado dos resíduos e a destinação correta de todos os componentes substituídos. Deve ainda observar integralmente a legislação ambiental aplicável, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei Municipal nº 1.660/2013, assegurando que todos os resíduos sejam encaminhados a locais apropriados, como Ecopontos ou unidades de recebimento autorizadas.

Da mesma forma, a Administração deverá assegurar que todo material proveniente das manutenções seja destinado conforme as normas vigentes, promovendo o uso consciente dos recursos e reduzindo ao máximo a geração de resíduos e poluentes. A destinação final ambientalmente adequada é essencial para preservar o meio ambiente e evitar prejuízos à comunidade.

A adoção dessas medidas demonstra o compromisso da Administração Pública com a sustentabilidade ambiental, promovendo um modelo de gestão que concilia eficiência operacional, responsabilidade socioambiental e conformidade legal, contribuindo para um ambiente mais seguro, equilibrado e sustentável para toda a população.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente, economicamente e ambientalmente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, DECLARAMOS SER VIÁVEL a contratação pretendida, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes para que elas possam tomar ciência dos atos e as providências cabíveis.

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO II – PLANILHA PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ATERRO, INCLUSIVE COMPACTAÇÃO MANUAL	m3	2.560		
2	BARRA CONDUTORA CHATA EM ALUMÍNIO DE 7/8' X 1/8', INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO	m	27.200		
3	CABO DE COBRE DE 25 MM², ISOLAMENTO 8,7/15 KV - ISOLAÇÃO EPR 90°C	m	3.105		
4	CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO TIPO EMBUTIR COM TAMP A E ALÇA	un	950		
5	CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO TIPO SUSPENS A EM PVC OU POLIPROPILENO	un	2.250		
6	CARTUCHO PARA CONEXÃO EXOTERMICA CABO/ CABO	un	2.070		
7	CARTUCHO PARA CONEXÃO EXOTERMICA CABO/ HASTE	un	2.120		
8	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	m3	1.150		
9	CONCRETO FCK=15,0MPA - VIRADO NA OBRA	m3	2.300		
10	CONDUTOR EM AÇO CA - 25 - 3/8" P/ PARA-RAIO	m	19.650		
11	CONECTOR EM LATÃO ESTANHADO PARA CABOS DE 16 A 50 MM² E VERGALHÕES ATÉ 3/8'	un	710		
12	CONECTOR SPLIT-BOLT, PARA SPDA, PARA CABOS ATÉ 70 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1.660		
13	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	m	5.400		
14	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	18.500		
15	CORTE DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM SERRA DE DISCO DIAMANTADO PARA PISOS	m	24.400		
16	DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO ARMADO	m3	1.050		
17	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL DE 1' - COM ACESSÓRIOS	m	3.370		
18	ESCAVAÇÃO MANUAL, PROFUNDIDADE IGUAL OU INFERIOR A 1,50M	m3	3.200		
19	HASTE "COPPERWELD"- 5/8"X3,00M	un	1.680		
20	LUZ DE OBSTÁCULO DUPLA COM FOTOCELULA SOLAR	un	555		
21	PARA-RAIO TIPO POLIMERICO CLASSE 15KV	un	892		
22	PÁRA-RAIOS TIPO "FRANKLIN", EXCLUSIVE DESCIDA E ATERRAMENTO	un	555		
23	RECOLOCAÇÃO DE CABO APARENTE - ACIMA DE 16MM2	m	7.200		
24	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS, PARA FECHAMENTO DE VALAS - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL.	m2	2.800		
25	REMOÇÃO DE BASE E HASTE DE PÁRA-RAIOS	un	435		
26	REMOÇÃO DE CABO DE AÇO E ESTICADORES	m	3.600		

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	REMOÇÃO DE CAPTOR DE PÁRA-RAIOS - TIPO FRANKLIN	un	335		
28	REMOÇÃO DE SUPORTE-ISOLADOR TIPO ROLDANA	un	1.050		
29	REMOÇÃO DE TUBO DE PROTEÇÃO PARA CORDOALHA, INCLUSIVE FIXAÇÕES	un	1.700		
30	SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE CABO EM TELHA ONDULADA	un	2.825		
31	SUPORTE SIMPLES COM ROLDANA, PARA DESCIDA DE PÁRA-RAIOS	un	3.010		
32	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSÃO - PARA CABO 35MM2	un	2.000		

Havendo divergência no descritivo do objeto licitado constante no código CATMAT e o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial, prevalecerá o descritivo constante no modelo de Planilha Proposta Comercial.

Praia Grande, ____ de _____ de 2025.

Razão Social da empresa proponente
CNPJ:

Assinatura do representante legal Cargo:
Carteira de identidade nº:
CPF:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ATA XXX/202X

**TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA
MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO
CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA ESTÂNCIA
BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA
XXXXXXXXXX**

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presente **SORAIA M. MILAN**, titular da Secretaria de Serviços Urbanos, por atribuição conferida através do Artigo 66º, inciso XII; **PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**, titular da Secretaria de Educação, por atribuição conferida através do Artigo 48º, inciso XXXI; **JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**, titular da Secretaria de Saúde Pública, por atribuição conferida através do Artigo 51º, inciso XIX; referente a Lei Complementar nº 913 de 01 de abril de 2022 c/c Lei Complementar nº 1011/2025 neste ato representando esta Municipalidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão nº 020/2026, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no de/...../202....., doravante simplesmente denominada **DETENTORA**, e a empresa, CNPJ sob nº, com sede na, nº, -, CEP, doravante designado CONTRATADO, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor, RG nº, CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº **239/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS – SPDA, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, Anexo XXX do edital de Licitação nº 020/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS – **SESURB**.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços as demais Secretarias elencadas do Termo de Referência.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente.

5.1.2. Decorridos 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preços e, havendo prorrogação da vigência, os preços registrados poderão ser atualizados de acordo com a variação do índice IPCA/IBGE – Índice de Preços do Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, observada a legislação federal em vigor.

5.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual ou autorização de fornecimento, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item **5.2.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, sendo vedada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item **5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **9.4.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **7.2** e no item **7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.1.1. For liberado;

8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. Não aceitar o preço reajustado pela Administração.

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.2.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

8.2.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

8.2.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

8.2.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *Termo de Referência*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item **8.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital ou aviso de contratação direta*.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, _____, digitei, assino _____ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2026, ano da emancipação político administrativa.

SORAIA M. MILAN

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS

Secretária Municipal de Educação

JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA

Secretário Municipal de Saúde Pública

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-_____

2-_____

Processo Administrativo nº 239/2025-D



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO IV – CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>				
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>				
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO
CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA ESTÂNCIA
BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA
XXXXXXXXXX

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presentes **SORAIA M. MILAN**, titular da Secretaria de Serviços Urbanos, por atribuição conferida através do Artigo 66º, inciso XII; **PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**, titular da Secretaria de Educação, por atribuição conferida através do Artigo 48º, inciso XXXI; **JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**, titular da Secretaria de Saúde Pública, por atribuição conferida através do Artigo 51º, inciso XIX, referente a Lei Complementar nº 913 de 01 de abril de 2022 c/c Lei Complementar nº 1011/2025, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado CONTRATADO, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **239/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7929/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Registro de Preços **020/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA**, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
...					
VALOR TOTAL					

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (**trinta**) dias, a contar da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. DO VALOR

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXX (por extenso)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. DO PAGAMENTO

5.2.1. O prazo para pagamento do contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **(DD/MM/AAAA)**.

6.2. Após o interregno de 1 (um) ano, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste dos preços até o término da vigência contratual, sendo que os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente a época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado “pro-rata die”, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.7. Aplicar ao CONTRATADO sanção motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.8. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, III);

8.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato.

8.1.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.1.5. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

8.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.1.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.19.1. No caso específico da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (art. 429 da CLT);

8.1.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens "10.1.2. a 10.1.4" do item 10.1. deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "10.1.5 a 10.1.8" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "10.1.2. a 10.1.4", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

10.2.4.2. O atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.4.2.1. Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4.2.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

10.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.6.4. Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

10.6.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isto ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. O CONTRATANTE poderá nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133 de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

11.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SESURB	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/25.752.5005.2342/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.30.00	FEDERAL (REPASSE OBRIGATÓRIO)
	15.02.00/25.752.5005.2342/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS
	15.02.00/15.452.5005.2086/3.3.90.39.00	FEDERAL (REPASSE OBRIGATÓRIO)
SEDUC	09.02.00/12.361.2006.2381/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS
	09.02.00/12.361.2006.2381/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS
SESAP	10.07.00/10.12.1001.2377/3.3.90.39.00	PRÓPRIOS
	10.07.00/10.12.1001.2377/3.3.90.30.00	PRÓPRIOS

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SESURB - Secretaria de Serviços Urbanos

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Contrato.

17.2. Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu,, digitei, assino _____ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2025, ano da emancipação político administrativa.

SORAIA M. MILAN

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS

Secretária Municipal de Educação

JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA

Secretário Municipal de Saúde Pública

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Processo Administrativo nº **239/2025**

Verificação de assinatura

Código de verificação:

UTRR6B3L 6IOBXEET PLLPTKQT FP74W4XD



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas: